



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**REGIONAL GOIÁS**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

**ADYLA DA SILVA DOS SANTOS**

**O PARADOXO DA BONDADE DA LIBERDADE MESMO SE PARA PECAR NA  
OBRA *O LIVRE-ARBÍTRIO* DE SANTO AGOSTINHO**

**GOIÁS - GO**  
**2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### **1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **Adyla da Silva dos Santos**

Título do trabalho: **O paradoxo da bondade da liberdade mesmo se para pecar na obra o livre-arbítrio de Santo Agostinho**

### **2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>**

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### **Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Jose Jivaldo Lima, Professor do Magistério Superior**, em 27/06/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adyla Da Silva Dos Santos, Discente**, em 27/06/2025, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5466863** e o código CRC **C5338757**.

---

ADYLA DA SILVA DOS SANTOS

**O PARADOXO DA BONDADE DA LIBERDADE MESMO SE PARA PECAR NA  
OBRA *O LIVRE-ARBÍTRIO* DE SANTO AGOSTINHO**

Trabalho acadêmico apresentado ao curso de Filosofia da Universidade Federal de Goiás/Campus Goiás, em cumprimento à exigência para obtenção de aprovação na Disciplina de Monografia II.

Orientador: Prof. Dr. José Jivaldo Lima

GOIÁS - GO

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

da Silva dos Santos , Adyla  
O PARADOXO DA BONDADE DA LIBERDADE MESMO SE  
PARA PECAR NA OBRA O LIVRE-ARBÍTRIO DE SANTO  
AGOSTINHO [manuscrito] / Adyla da Silva dos Santos . - 2025.  
LIV, 54 f.

Orientador: Prof. Dr. José Jivaldo Lima .  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências  
Humanas, Filosofia, Cidade de Goiás, 2025.

1. Vontade. 2. Liberdade. 3. Graça. 4. Arbítrio. 5. Pecado. I. Jivaldo  
Lima , José , orient. II. Título.

CDU 17



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) 26 dia(s) do mês de junho do ano de 2025 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “O paradoxo da bondade da liberdade mesmo se para pecar na obra o livre-arbítrio de Santo Agostinho”, de autoria de **Adyla da Silva dos Santos**, Matrícula nº. 202001528, do curso de Licenciatura em Filosofia, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas (UAECH), do Campus Goiás da UFG.

Os trabalhos foram instalados pelo **Prof. Dr. José Jivaldo Lima – UFG/RG/UAECH** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Jairo Barbosa Moreira - PUC/PE**.

Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0 (dez) pontos, tendo sido o TCC considerado Aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Jivaldo Lima, Professor do Magistério Superior**, em 26/06/2025, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Barbosa Moreira, Usuário Externo**, em 26/06/2025, às 23:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adyla Da Silva Dos Santos, Discente**, em 27/06/2025, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5463183** e o código CRC **23B7A10E**.

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu avô, Antônio, carinhosamente conhecido como Seu Catarino, agradeço profundamente por sempre acreditar em mim e por ser uma verdadeira referência de amor, fé e devoção a Deus. Sua presença em minha vida é fonte constante de inspiração e força.

## AGRADECIMENTOS

Quero, primeiramente, expressar minha profunda gratidão a Deus, que me sustentou até aqui com sua infinita graça, bondade e misericórdia. Sem Ele, eu nada seria. Aos meus queridos pais e irmãos, agradeço por cada gesto de apoio, incentivo e contribuição ao longo da minha caminhada acadêmica. Ao meu grande amigo Jefferson, sou imensamente grata pelas orações e palavras de edificação, que foram fonte de força nos momentos necessários. Ao meu companheiro de vida, Lucas Paulo, agradeço por sua compreensão, apoio constante e por acreditar em cada sonho que almejo realizar. Ao professor e orientador José Jivaldo, deixo meu reconhecimento pela paciência, gentileza, competência e dedicação durante todo esse processo. Não poderia deixar de externar minha sincera gratidão à professora Anna Gabriella Moreira, formada em Letras pela UFMG, por sua generosidade e olhar atento com que revisou e corrigiu esta monografia. Seu empenho, sem medir esforços, foi fundamental para que este trabalho alcançasse maior clareza e qualidade. Minha gratidão também se estende ao corpo docente da UFG, que, com seu auxílio e colaboração, contribuiu de forma valiosa para minha formação durante esses anos de graduação. Por fim, não poderia deixar de mencionar meus colegas de jornada: Ana Clara Duarte, Isabel Cristina del Mato, Wanderson José de Souza, Rudinei Zacarias da Silva, Adriano de Oliveira, Samuel Ferreira Coelho, Newton Santiago David e Leonardo Braian Miguel Viana, os quais a Universidade me presenteou. Agradeço por cada momento compartilhado e pelo aprendizado mútuo. A todos vocês, meu mais sincero agradecimento.

“Ninguém ao ser tentado, diga: “Sou tentado por Deus.” Porque Deus não pode ser tentado pelo mal e ele mesmo não tenta ninguém. Ao contrário, cada um é tentado pela própria cobiça, quando esta o atrai e seduz.”  
(Tiago 1:13-14)

“Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Por isso, permaneçam firmes e não se submetam, de novo, a jugo de escravidão.”  
(Gálatas 5:1)

“Porque vocês, irmãos, foram chamados à liberdade. Mas não usem a liberdade para dar ocasião à carne [...]”  
(Gálatas 5:13)

## RESUMO

Esta monografia tem como propósito investigar o paradoxo presente na obra *O Livre-Arbítrio*, de Santo Agostinho, que nos apresenta a aparente e conflita relação entre a bondade da liberdade humana e a possibilidade de optar pelo pecado. Tal obra foi redigida em formato de diálogo, tendo como interlocutor Evódio, grande amigo de Agostinho. Nela, seu objetivo é abordar a origem do mal e a liberdade do homem. Entendemos que na concepção agostiniana, o livre-arbítrio é visto como a liberdade individual de cada ser humano para determinar suas próprias escolhas, podendo decidir tanto entre o bem quanto pelo mal. Tal liberdade é um bem concedido por Deus, o Sumo Bem, a todo o gênero humano. No entanto, surge um paradoxo a partir dessa visão: se o criador de todas as coisas é bom e concede a liberdade ao homem, permitindo-lhe usá-la para praticar o pecado, que é o mal, como é possível que o livre-arbítrio seja considerado um bem? Como os sujeitos podem utilizá-lo para a prática do pecado sem que isso negue sua própria bondade? A partir desse paradoxo, Agostinho explora questões filosóficas e teológicas sobre a liberdade humana, o pecado e a natureza do bem e do mal, especialmente focando na liberdade de escolha do indivíduo e como ela se relaciona com a responsabilidade moral e com a graça divina. Assim, o filósofo chegará a conclusão de que o paradoxo reside no fato de que, embora a liberdade seja boa, ela pode ser utilizada para pecar. Para Agostinho, a liberdade é uma condição essencial para a moralidade e, ao mesmo tempo, carrega consigo a responsabilidade moral de como será utilizada. Por fim, Santo Agostinho conclui que o pecado não invalida a bondade do livre-arbítrio, mas revela os riscos que são inerentes a ele, ressaltando a importância da escolha moral em relação ao uso da liberdade.

**Palavras-chave:** vontade, liberdade, graça, arbítrio, pecado.

## RESUMEN

Esta monografía tiene como propósito investigar la paradoja presente en la obra *El Libre Albedrío* de San Agustín, que nos presenta la aparente y conflictiva relación entre la bondad de la libertad humana y la posibilidad de optar por el pecado. Tal obra fue redactada en formato de diálogo, teniendo como interlocutor a Evodio, gran amigo de Agustín. En ella, su objetivo es abordar principalmente el origen del mal y la libertad del hombre. Entendemos que en la concepción agustiniana, el libre albedrío es visto como la libertad individual de cada ser humano para determinar sus propias elecciones, pudiendo decidir tanto entre el bien y el mal. Tal libertad es un bien concedido por Dios, el Sumo Bien, a toda la raza humana. Sin embargo, surge una paradoja de esta visión: si el creador de todas las cosas es bueno y concede la libertad al hombre, permitiéndole usarla para practicar el pecado, que es el mal, ¿cómo es posible que el libre albedrío sea considerado un bien? ¿Cómo pueden los sujetos usarlo para la práctica del pecado sin que eso niegue su propia bondad? A partir de esta paradoja, Agustín explora cuestiones filosóficas y teológicas sobre la libertad humana, el pecado y la naturaleza del bien y del mal, centrándose especialmente en la libertad de elección del individuo y cómo se relaciona con la responsabilidad moral y la gracia divina. El filósofo llegará a la conclusión de que la paradoja reside en el hecho de que, aunque la libertad es buena, puede ser usada para pecar. Para Agustín, la libertad es una condición esencial de la moralidad y, al mismo tiempo, lleva consigo la responsabilidad moral de cómo será utilizada. Por último, San Agustín concluye que el pecado no invalida la bondad del libre albedrío, sino que revela los riesgos que le son inherentes, subrayando la importancia de la elección moral en relación al uso de la libertad.

**Palabras Clave:** voluntad, libertad, gracia, albedrío, pecado.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Síntese Biográfica</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Correntes filosóficas que influenciaram o pensamento Agostiniano</b>	<b>17</b>
<b>2 INVESTIGAÇÃO ACERCA DO PROBLEMA DO MAL</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Seria Deus o autor do Mal?</b>	<b>23</b>
<b>2.2 O papel da consciência, da razão e da vontade para a compreensão da liberdade e responsabilidade moral</b>	<b>29</b>
<b>3 LIVRE-ARBÍTRIO: UM BEM DERIVADO DE DEUS</b>	<b>37</b>
<b>4 A RELAÇÃO ENTRE PRESCIÊNCIA DIVINA E O LIVRE ARBÍTRIO</b>	<b>42</b>
<b>4.1 Presciência divina: alicerce a não obstáculo à liberdade humana</b>	<b>45</b>
<b>4.2 Nada no mundo foge ao plano divino — tudo contribui para sua realização</b>	<b>48</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo concentrar-se no problema do paradoxo da bondade da liberdade humana mesmo se para pecar que está contida na obra *O Livre-Arbitrio* de Santo Agostinho. Dessa forma, a mesma tem como propósito investigar como o autor articula a ideia de liberdade com a noção de bondade, explorando tanto os limites quanto às implicações éticas e metafísicas acerca do aparente paradoxo. Além disso, a mesma se trata de uma reflexão filosófico-teológica sobre como o ser humano, dotado de liberdade e outorgado pela vontade divina, pode agir de forma contrária ao bem e ainda assim, preservar a dignidade desse dom recebido, já que desde o primeiro livro da obra, o filósofo - em diálogo com seu amigo - enfrenta a complexa questão da origem do mal. Dessa maneira, a monografia procura compreender como o livre-arbitrio pode ser simultaneamente um bem concedido por Deus e uma via pela qual o mal moral pode adentrar a experiência humana.

A princípio, o propósito inicial do autor é defender a bondade e justiça divina contra a acusação de ser o autor do mal moral, demonstrando que este deriva sobretudo da má inclinação da liberdade humana quando esta se deixa ser guiada por bens inferiores. Em contrapartida, o livre-arbitrio, longe de ser a causa do mal em si, é então compreendido como um bem em si mesmo, significando a expressão da dignidade racional do homem e reflexo da imagem divina impressa na alma do indivíduo.

Como resultado, para atingir nossa finalidade, esta monografia se estruturou em IV capítulos. O Capítulo I oferece uma breve síntese biográfica de Agostinho, abarcando sua trajetória intelectual, espiritual; suas lutas internas como também suas influências filosóficas e religiosas incluindo o maniqueísmo, ceticismo e o neoplatonismo, além dos conflitos existenciais que marcaram seu processo de conversão. Por isso, tal percurso é imprescindível para compreendermos os pressupostos teóricos e espirituais que moldaram sua ideia de liberdade.

O Capítulo II introduz a problemática do mal, um tema que sempre inquietou profundamente Santo Agostinho desde *Confissões*, portanto, ficará evidente neste capítulo a apresentação da discussão, e se o Criador pode ser responsabilizado pelo mal presente no Universo, e como o Hiponense prova, por meio da razão e da fé, a inocência de Deus. Posteriormente será analisado o papel central da razão na compreensão do livre-arbitrio da

vontade e a diferenciação entre eles, além de destacar como a liberdade do homem é indissociável da capacidade de discernir o bem.

No Capítulo III, a dissertação também explora a noção de livre-arbítrio como dom divino, concedido a todas as criaturas racionais. Agostinho de Hipona sustenta que, embora o ser humano possa utilizar esse dom se voltando para bens grandes, médios e mínimos, sua existência é essencial para que haja responsabilidade moral e plena liberdade. Convém ainda ressaltar, que a relação respeitosa entre Agostinho e Evódio, expressa ao longo do diálogo, só reforça a dimensão pedagógica e dialógica da obra.

Por fim, o Capítulo IV abordará a questão da presciência divina e sua compatibilidade com a liberdade humana, sendo discutida como a onisciência de Deus, que abarca inclusive o conhecimento antecipado dos atos humanos, não compromete a liberdade da vontade, mas antes a pressupõe, se tornando assim necessária como todos os acontecimentos que existem no mundo, os quais contribuem para os propósitos do Sumo Bem e sua graça. Sendo assim, Santo Agostinho nos mostrará que a presciência divina, longe de anular a liberdade, é apresentada como parte da ordem e do propósito divino. Logo, podemos concluir que todo trabalho desenvolvido tem como finalidade propor uma leitura sistemática e crítica da obra *O Livre-Arbítrio*, visando elucidar de que maneira, segundo o filósofo, o livre-arbítrio configura-se ao mesmo tempo como fundamento da responsabilidade moral humana e como elemento essencial na construção de uma teodiceia cristã, tal qual coerente com a bondade e justiça de Deus.

## 1.1 Síntese Biográfica

*Aurelius Augustinus*, mais conhecido como Santo Agostinho, nasceu em 13 de novembro de 354 d.C., em Tagaste, uma pequena província romana da Numídia (atual Argélia). Filho de Mônica, uma cristã devota, teve sua conversão influenciada pela fé inabalável da mãe, cuja perseverança foi essencial em seu processo de transformação, já que suas orações foram importantes para que Agostinho abandonasse sua vida dissoluta, adotando então a fé cristã. Embora tivesse uma formação modesta, Mônica sempre nutriu uma grande esperança de ver seu filho servindo a Cristo. Todavia, seu pai, que tinha por nome Patrício,

era pagão africano romanizado<sup>1</sup> e converteu-se ao cristianismo pouco antes de falecer, além de ser um pequeno proprietário de terras.

Santo Agostinho não era filho único e possuía dois irmãos: Navilio e Perpétua. Embora não escutemos muito a respeito deles, devido suas reflexões estarem muito mais voltadas para temas filosóficos, teológicos e autobiográficos, especialmente no que se refere a sua própria jornada espiritual e intelectual. Além do mais, suas obras estavam centradas nas discussões acerca do pecado, da graça e do livre-arbítrio, temas que não exigem a menção de sua família como um todo.

Quando nos referimos a sua formação cultural, Agostinho demonstrou notável inteligência e talento para os estudos, mesmo que inicialmente se apresentasse desinteressado<sup>2</sup>. Em suas confissões ele não nega em mostrar aversão ao estudo do grego aproximando-se então do grego somente de uma forma superficial; por sua vez, se destacou na língua latina e teve como base autores latinos<sup>3</sup>, recebendo pois formação clássica em gramática e retórica em sua cidade natal e depois em Madaura.

Em sua juventude ele foi enviado para Cartago, um dos principais centros culturais do Império Romano no norte da África, para continuar seus estudos em retórica e literatura. Durante sua estadia na cidade, ele se envolveu com diversões e prazeres mundanos, levando uma vida de busca por conhecimento como também uma vida marcada por paixões e desejos carnisais, além de ambição e orgulho intelectual. O escritor deixa explícito que se interessava mais pela retórica e pelo sucesso acadêmico do que pela espiritualidade cristã, se esforçando para ser o primeiro da classe como forma vã de satisfação da vaidade humana<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> O termo "pagão romanizado" refere-se a uma pessoa que seguia as religiões tradicionais do Império Romano (politeísmo greco-romano), mas que havia adotado costumes, valores e modos de vida típicos da cultura romana. No caso de Patrício, dizer que ele era um pagão romanizado significa que ele não era cristão, mas provavelmente adorava os deuses do panteão romano. O termo "pagão" era usado pelos cristãos para se referir àqueles que seguiam religiões politeístas. Outro fator existente é que o mesmo vivia conforme as tradições e normas romanas, falava latim e ocupava uma posição na sociedade como um pequeno proprietário de terras, e como cidadão do Império Romano, ele compartilhava das leis e estruturas políticas da época.

<sup>2</sup> AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1997. Livro I, caps. 12–14, §§ 19, 20, 23, p. 28–30.

<sup>3</sup> Cícero, Virgílio, Sêneca, Terêncio, Plauto, Apuleio, etc.

<sup>4</sup> AGOSTINHO. *Confissões*. Livro III, cap. 3, § 6, p. 54.

Ainda em sua juventude e com dezenove anos chega em suas mãos pela primeira vez o livro *Hortênsio*<sup>5</sup>, de Cícero, que teve um impacto profundo em sua vida, visto que despertou nele um forte desejo pelo conhecimento e pela busca da verdade. Esse livro foi um divisor de águas, pois fez com que ele começasse a se interessar por filosofia e a questionar o verdadeiro sentido da vida. Embora *Hortênsio* não fosse um livro cristão, ele acendeu em Agostinho a sede por algo além do material e passageiro.<sup>6</sup> Esse interesse o levou a questionar as crenças cristãs de sua infância já que crescera sob a forte influência de sua mãe. Assim, ele entra em contato com filosofias e correntes de pensamento que ofereciam diferentes visões sobre Deus, a alma, e sobretudo o problema do mal, que era algo que tanto lhe atormentou.

A princípio, ele acaba aderindo ao maniqueísmo durante sua permanência em Cartago. Fascinado pela promessa de uma explicação racional para o problema do mal e pela distinção entre o bem e o mal como princípios opostos, permaneceu enganado pela doutrina por cerca de nove anos.

Em contrapartida, Agostinho lecionou inicialmente em Tagaste (374 d.C.) e posteriormente em Cartago (375-383 d.C.). Após lecionar retórica em Cartago, ele decidiu se mudar para Roma (384 d.C.) onde procurou melhores oportunidades acadêmicas e maior reconhecimento intelectual. Posteriormente vai para Milão, porque a inquietação dos alunos cartagineses acabou o impulsionando a isso, por conseguinte é lá que assume a posição de professor oficial de retórica da cidade graças ao suporte dos maniqueus.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Obra filosófica estoica que exaltava a busca pela sabedoria. De acordo com Giovanni Reale, “Cícero defendia um conceito de filosofia entendida de modo tipicamente helenístico, como sabedoria e arte de viver que traz a felicidade” (REALE, 2003, p. 82).

<sup>6</sup> O próprio filósofo no livro III, capítulo 4, §7, p. 55 descreve que a leitura mudou seus sentimentos e o modo de ir a Deus, transformando seus desejos e ambições, porém, a obra ausentava Cristo e devido a isso não conseguiu conquistá-lo totalmente. Agostinho teve sua primeira aproximação das sagradas escrituras através de Cícero e ocasionalmente, achou-a indigna de ser comparada com as suas obras, já que a escritura lhe parecia simples o suficiente ao ser comparada com sua inteligência. Então é aí que ele adere ao maniqueísmo, pois precisava de uma explicação para a condição que se encontrava. (AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1997. Livro III, cap. 4, § 7, p. 55).

<sup>7</sup> Os maniqueístas eram seguidores do maniqueísmo, uma filosofia religiosa sincrética e dualística fundada pelo profeta persa Mani. “O maniqueísmo seria uma Seita fundada por um persa um século antes do cristianismo que se chamava Mani e que declarava ser o Espírito Santo. [...] O maniqueísmo era essencialmente dualista em sua essência, e seus adeptos acreditavam que o mundo era produto do conflito entre o Bem e o Mal (Luz e Trevas). A alma do homem consistia em luz enredada em trevas das quais devia procurar se libertar” (STRATHERN, 1997, p. 9).”

Todavia, foi em Milão que ao assumir o cargo de professor de retórica, teve um encontro decisivo com a filosofia neoplatônica e, sobretudo, com a pregação do bispo Ambrósio, pois os ensinamentos oferecidos pelos maniqueus já não o satisfazia.

Nesse ínterim, Agostinho tem um encontro com Ambrósio e começa a seguir as suas ministrações passando a estimá-lo como um amigo, apesar do primeiro momento vê-lo somente como um retórico habilidoso. No entanto, à medida que o conhece melhor, Santo Agostinho passa a admirá-lo de uma forma mais profunda, incluindo sua inteligência e ministrações, passando assim a assistir de modo contínuo seus sermões. Foi devido a Ambrósio que o autor da obra se afastou aos poucos do maniqueísmo, começando a ver a fé cristã não como algo irracional, mas como uma doutrina profundamente filosófica.

Levando em consideração esses aspectos, Agostinho, além de ter contato com a filosofia neoplatônica<sup>8</sup>, também teve acesso às obras dos platônicos. Essas leituras o levaram a buscar a verdade em seu íntimo. Por meio dos livros, ele descobriu os atributos invisíveis de Deus a partir das coisas criadas, alcançando uma verdade que antes não conseguia contemplar.

Por vez ele se lançou nas sagradas escrituras, dando fim às dificuldades que anteriormente parecia haver contradições com alguns textos e discursos paulinos e com as demais leis dos profetas. Como resultado, a leitura das escrituras foram fundamentais para que ele abandonasse definitivamente o maniqueísmo e se aproximasse do cristianismo já que antes, a leitura lhe parecia absurda.

Santo Agostinho se converte em 386 d.C., aos 32 anos de idade após um longo processo, quando submergido em lágrimas e atormentado por dúvidas e conflitos internos se refugia no jardim e ouve a voz como de uma criança dizendo "*Tolle, lege*";<sup>9</sup> Agostinho leva isso como um chamado divino e encontra na Bíblia<sup>10</sup> um trecho que reforçava sua decisão de abandonar a vida antiga e se entregar a Deus.

---

<sup>8</sup> A filosofia neoplatônica ou melhor o neoplatonismo é uma corrente filosófica que emergiu no século III, tendo Plotino como seu principal representante. Essa escola de pensamento reinterpreto o Platonismo, destacando a ideia de uma realidade transcendente e hierárquica, a qual culmina no conceito de "O Uno" — uma entidade absoluta e perfeita, origem de toda a existência e de onde tudo emana.

<sup>9</sup> "Toma e lê". AGOSTINHO. *Confissões*. Livro VIII, cap. 12, § 29, p. 161.

<sup>10</sup> "Comportemo-nos com decência, como quem age à luz do dia, não em orgias e bebedeiras, não em imoralidade sexual e depravação, não em desavença e inveja. Pelo contrário, revistam-se do Senhor Jesus Cristo, e não fiquem premeditando como satisfazer os desejos da carne." (Rm 13:13-14).

Convém lembrar que depois de sua conversão, entre 384 e 386 d.C., ele acabou decidindo se afastar da vida pública renunciando ao cargo de professor de retórica. Tendo em vista essa razão, retirou-se para Cassiciaco (na Brixia), em uma propriedade rural perto de Milão, onde passou um tempo estudando as escrituras e discutindo filosofia com amigos, sua mãe e seu filho Adeodato - fruto de um relacionamento extraconjugal. Ainda nesse período, escreveu algumas de suas primeiras obras filosóficas e amadureceu sua conversão. Isso o preparou para que na páscoa de 387 d.C., recebeu o batismo das mãos de Santo Ambrósio, selando sua adesão ao cristianismo.

Após a conversão, decidiu retornar à África, mas no caminho perdeu sua mãe, Mônica, em Óstia. Após a morte de sua mãe, ele decide retornar à África e fundar uma comunidade religiosa em sua cidade natal. Ao chegar a sua terra natal, vendeu seus bens e passou a viver uma vida monástica em Tagaste.

Em 391 d. C., foi ordenado sacerdote em Hipona, e alguns anos depois, em 396 d. C., tornou-se bispo da mesma cidade, permanecendo até o ano de sua morte. Já como bispo, dedicou-se à pregação e ao combate às heresias – especialmente o próprio maniqueísmo<sup>11</sup>, pelagianismo<sup>12</sup> e o donatismo<sup>13</sup> – e à produção de uma vasta obra teológica e filosófica, tais

<sup>11</sup> “ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pág 641 (*in. Manicheism; fr. Manichéisme, ai. Manichüismus; it. Manicheismo*). Doutrina do sacerdote persa Mani (*lat. Manichaeus*), que viveu no séc. III e proclamou-se o Paracleto, aquele que devia conduzir a doutrina cristã à perfeição. O M. é uma mistura imaginosa de elementos gnósticos, cristãos e orientais, sobre as bases do dualismo da religião de Zoroastro. Admite dois princípios: um cio bem, ou princípio da luz, e outro do mal, ou princípio das trevas. No homem, esses dois princípios são representados por duas almas: a corpórea, que é a do mal, e a luminosa, que é a do bem. Pode-se chegar ao domínio da alma luminosa através de uma ascese particular, que consiste em três selos: abstenção de alimentar-se de carne e de manter conversas impuras (*signaculum oris*); abstenção da propriedade e do trabalho (*signaculum nianus*); abster-se do casamento e do concubinato (*sig iaculum sinus*). O Maniqueísmo foi muito difundido no Oriente e no Ocidente; aqui durou até o séc. VII. O grande adversário do M. foi o S. Agostinho, que dedicou grande número de obras à sua refutação. Cf. H. C. PiIKCH, *Le manichéisme. sou fondateur. sa doctrine*, Paris, 1949.”

<sup>12</sup> “ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pág.749 (*in. Pelagianism, fr. Péla gianisme, ai. Pelagianismus-, it. Pelagianismo*). Doutrina do monge inglês Pelágio, que, no início do séc. V, ensinou em Roma e Cartago; em polêmica com S. Agostinho, sua doutrina dizia que o pecado de Adão não enfraqueceu a capacidade humana de fazer o bem, mas é apenas um mau exemplo, que torna mais difícil e penosa a tarefa do homem. S. Agostinho combateu essa tese em muitas obras, a partir de 412, defendendo a tese oposta: de que toda a humanidade pecadora com Adão e em Adão e que, portanto, o gênero humano é uma única "totalidade condenada": nenhum de seus membros pode escapar à punição a não ser por misericórdia e pela graça (não obrigatória) de Deus (cf. *De civ. Dei*, XIII, 14) (v. GRAÇA).”

<sup>13</sup> “ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pág. 293. (*lat. Donatismus; in. Donatism; fr. Donatisme, ai. Donatismus*). A doutrina de Donato de Casas Negras (séc. III), que foi um dos alvos da polêmica de S. Agostinho. Essa doutrina afirmava a absoluta intransigência da Igreja diante do Estado. Como comunidade de perfeitos, a Igreja não deve ter contato com a autoridade civil; as autoridades religiosas que toleram tais contatos cometem traição e perdem a capacidade de administrar os sacramentos. O

obras incluindo: *A Cidade de Deus*, *Confissões*, *A Trindade*, *Sobre o livre-arbítrio*, *A ordem*, dentre tantas outras. Essas obras acabaram por ajudar a moldar a doutrina cristã e influenciar profundamente a Idade Média e a Filosofia Ocidental.

Se tratando de seus últimos anos de vida, enfrentou a invasão dos vândalos<sup>14</sup> no norte da África, falecendo em 430 d. C. durante o cerco a Hipona pelos vândalos, acometido de uma enfermidade<sup>15</sup> aos 75 anos. Seu legado perdura até hoje, sendo um dos maiores pensadores do cristianismo e um dos pilares da filosofia medieval, posto que todo o seu pensamento influenciou não apenas a teologia cristã, mas também a filosofia, a ética e a compreensão sobre a relação entre liberdade e graça divina, tornando inquestionável toda a sua viva contribuição na teologia, sendo amplamente estudada até os dias de hoje.

## 1.2 Correntes filosóficas que influenciaram o pensamento Agostiniano

Com o passar do tempo, Agostinho manteve em si o desejo de buscar a verdade e a verdadeira sabedoria, sendo uma de suas principais inquietações o problema da origem do mal. Por isso, deixou-se influenciar por diferentes correntes de pensamento, acreditando que elas poderiam resolver e trazer soluções para suas inquietações, tanto intelectuais quanto espirituais.

No primeiro momento e no Livro I de suas *Confissões*, o filósofo entra em contato com obras de autores latinos que influenciaram seu pensamento futuro e sua busca pela verdade, como é o caso da obra *Eneida* escrita por Virgílio, onde ele cita Enéias<sup>16</sup> e Dido<sup>17</sup>. Diante disso, tais Personagens, e as questões que suas histórias levantaram, ajudaram

---

donatismo, teria tornado impossível a formação da hierarquia religiosa e, subordinando a validade dos sacramentos à pureza de vida do ministro, teria exposto essa validade à dúvida constante (cf. S. AGOSTINHO, *De baptismo contra donatistas*, 401; *Contra litteras Petiliani donatistae*, 401; *Contra donatistas epístola de unitate ecclesiae*, 405, etc).”

<sup>14</sup> O termo “vândalos” citado aqui não se refere ao sentido pejorativo com o qual é conhecido atualmente, mas sim a um povo germânico originário da Europa Central e Setentrional. Eles faziam parte das chamadas tribos bárbaras que migraram para o território do Império Romano durante os séculos IV e V. Em 429 d. C., atravessaram o estreito de Gibraltar e invadiram o norte da África, liderados por Genserico onde estabeleceram um poderoso reino com capital em Cartago.

<sup>15</sup> A enfermidade de Agostinho não é detalhada ao certo; alguns estudos dizem que o filósofo faleceu devido a febre.

<sup>16</sup> AGOSTINHO. *Confissões*, Livro I, cap. 13, §§20, 21, p. 28-29.

<sup>17</sup> Enéias é o herói da “Eneida”, um príncipe troiano virtuoso que, após a queda de Tróia, lidera seu povo em direção a Roma, guiado pelo destino. Dido, rainha de Cartago, apaixona-se por ele, mas ao ser abandonada por Enéias para cumprir seu destino, cai em desespero e se suicida.

Agostinho a explorar a natureza do amor verdadeiro, o desapego das paixões terrenas e a obediência à vontade divina, já que representaram a busca do filósofo por uma sabedoria que não está nas paixões fugazes ou nas realizações humanas, mas em algo mais transcendente e eterno.

Em sua juventude, enquanto era fortemente impulsionado pelas paixões, vaidades e desejos, Agostinho entrou em contato com a obra de Cícero, que teve um papel decisivo na formação de seu pensamento. O autor diz que essa obra mudou os seus sentimentos e a forma de se dirigir a Deus, transformando suas aspirações e desejos (AGOSTINHO, 1997, p. 56). Quando Agostinho entrou em contato com a obra de Cícero, nosso autor foi levado a aprofundar seus estudos nas Sagradas Escrituras. Isso se deu, em parte, porque ele estranhou a ausência do nome de Cristo no *Hortensius*.<sup>18</sup> É importante destacar que, a princípio, Santo Agostinho não demonstrou interesse pela Bíblia, já que antes de sua conversão ao cristianismo, sua busca era voltada principalmente para a razão e a ciência mais do que para a mensagem espiritual. Seu anseio era encontrar respostas para os mistérios do cosmos<sup>19</sup> e para a questão do mal, além de procurar compreender os dilemas morais que o inquietava.

Após sua decepção com a leitura da Bíblia, Santo Agostinho com o intuito de encontrar respostas para seus dilemas, é ludibriado pela seita gnóstica dos maniqueus, se mantendo enganado por nove anos. Movido pelo anseio de compreender onde residia a verdade e como alcançá-la da melhor forma, Agostinho também buscava uma explicação para a existência do mal no mundo – que como fora dito antes, era um dilema que o inquietava profundamente. Embora se sentisse atraído pelo cristianismo, acreditava que essa doutrina não lhe oferecia uma resposta satisfatória para sua angústia. Desiludido então com essa busca incessante, acabou deixando-se seduzir pelas ideias dos maniqueus, na esperança de encontrar uma solução para suas perturbações.

O maniqueísmo exerceu um forte impacto sobre Agostinho, pois combinava o amor pelo conhecimento, que ele já cultivava desde sua leitura do *Hortensius* de Cícero, com uma

---

<sup>18</sup> “Mas, no meio de tanto fervor, havia uma circunstância que me mortificava: a ausência de Cristo no livro. Este nome, “por tua misericórdia, Senhor”, o nome do meu Salvador, do teu Filho, meu coração, o havia sorvido, com o leite materno quando ainda pequenino, e o conservava no meu íntimo. Qualquer escrito que se apresentasse a mim sem esse nome, por mais literário, burilado e verdadeiro que fosse, não conseguia conquistar-me totalmente”. (AGOSTINHO, Santo. *Confissões*, Trad. Maria Luiza Jardim Amarante, São Paulo, Paulus, 1997. p. 56).

<sup>19</sup> AGOSTINHO. *Confissões*, Livro IV, cap. 3, § 4, p. 69.

visão de sabedoria como algo superior à fé. Nessa perspectiva, acreditava-se que o ser humano poderia alcançar a verdade por meio do próprio intelecto sem depender da revelação divina.

Santo Agostinho, além de simpatizar com as doutrinas maniqueístas, tornou-se um de seus divulgadores. Vale destacar que um dos fatores que contribuíram para sua permanência no maniqueísmo foi a leitura da obra *As Categorias*, de Aristóteles<sup>20</sup>, obra essa que trata das formas de classificação da realidade e dos conceitos fundamentais da lógica aristotélica, influenciando assim sua maneira de pensar sobre a natureza de Deus e do mal. O filósofo, ao tentar aplicar as categorias aristotélicas a sua compreensão de Deus, encontrou dificuldades, já que Aristóteles organizou a realidade em categorias como: substância, qualidade, quantidade, relação, tempo, lugar, dentre outras. No entanto, ao tentar encaixar Deus nessas categorias, percebeu que isso limitava a concepção divina.

Agostinho ainda não possuía uma noção filosófica madura para entender Deus como um ser imaterial e transcendente. Esse impasse intelectual o levou a acreditar que Deus deveria ser uma substância corpórea, uma noção que o maniqueísmo reforçava ao descrever a realidade em termos de uma luta entre princípios materiais do bem e do mal. O maniqueísmo apresentava uma visão dualista do universo, onde o bem e o mal eram substâncias separadas e materiais em constante conflito.

Como Agostinho ainda não havia desenvolvido um entendimento mais refinado sobre a imaterialidade de Deus, ele encontrou nas ideias maniqueístas uma explicação aparentemente lógica para a existência do mal: o mundo estava dividido entre duas forças opostas,<sup>21</sup> e o mal possuía existência própria. Isso fazia sentido dentro do seu quadro de referências aristotélico, reforçando sua permanência na seita. Somente mais tarde, com a leitura de Platão e dos neoplatônicos, Agostinho conseguiu romper com essa visão materialista, compreendendo que Deus não poderia ser reduzido às categorias aristotélicas e que o mal não era uma substância em si, mas sim a privação do bem<sup>22</sup>. Essa mudança de perspectiva foi crucial para sua conversão ao cristianismo e para a formulação de sua própria filosofia sobre Deus e o Mal.

---

<sup>20</sup> AGOSTINHO. *Confissões*, Livro IV, cap. 16, § 28, p. 81.

<sup>21</sup> AGOSTINHO. *Confissões*, Livro VIII, cap. 10, § 22, p. 158.

<sup>22</sup> AGOSTINHO. *Confissões*, Livro VII, cap. 16, § 22, p. 136.

Por conseguinte, Agostinho já desesperançoso do maniqueísmo filia-se ao ceticismo da Nova Academia, porém, sua passagem é rápida, não permanecendo por muito tempo. É com a idade de trinta anos e já cansado das buscas vãs para alcançar a verdade que se depara com o Neoplatonismo, logo quando se muda para Milão. É lá que Agostinho conhece Ambrósio – um bispo local que era renomado e cujos sermões incorporavam conceitos neoplatônicos. Após dois anos, o filósofo conhece Mânlio Teodoro, um estudioso da filosofia neoplatônica, dando origem a uma amizade, a qual abre um acesso às obras de Plotino, especialmente *As Enéadas*. Em tal obra, Agostinho encontrou a ideia de um Deus absolutamente transcendente e imaterial, que existe além do tempo e do espaço.

Em Plotino, o Uno é concebido como o princípio supremo, absolutamente transcendente, que ultrapassa qualquer descrição ou compreensão plena. Ele é incorpóreo, existindo além das limitações do tempo e do espaço, sendo a origem de todas as coisas. Assim também, Plotino o enxergava como a base do ser e da realidade, embora permanecesse inacessível à experiência sensorial ou material. Com isso, essa perspectiva filosófica de uma divindade transcendente e imaterial contrasta diretamente com tradições que conferiam ao divino atributos mais concretos ou antropomórficos. Plotino refuta qualquer tentativa de representar o Uno em termos terrenos, tornando sua filosofia essencialmente contrária às concepções materialistas sobre o sagrado.

Quando Santo Agostinho teve contato com as ideias de Plotino, encontrou nelas um vínculo que o auxiliou a transcender visões anteriores, como foi o caso do maniqueísmo. A concepção de um Deus transcendente, conforme delineada por Plotino, exerceu profunda influência sobre ele e teve um papel crucial na formulação de sua perspectiva cristã acerca da divindade. Além do mais, foi mediante a leitura de Plotino que Agostinho aprofundou sua compreensão sobre a natureza de Deus – conceito que já começava a assimilar através dos ensinamentos de Ambrósio. No neoplatonismo, Deus não era concebido como uma entidade física, mas como um ser imaterial, sem corpo ou extensão, ainda que onipresente. Essa visão foi crucial para que ele abandonasse a ideia de uma divindade material – típica do maniqueísmo.

Uma outra noção fundamental que ele encontrou no neoplatonismo foi a do "nada", entendido como a ausência do ser. Antes disso, Agostinho tinha dificuldades em conceber

algo que não fosse material. Ele pensava que o vazio deixado por um corpo removido de um espaço era um exemplo de "nada". No entanto, com sua nova perspectiva filosófica, o termo passou a ter um significado metafísico: privação do ser. Essa alteração de pensamento foi primordial para sua reformulação da noção de mal. Se antes ele via o mal como uma substância física, seguindo a visão dualista dos maniqueus, agora compreendia que o mal não possuía existência própria, mas era simplesmente a ausência do bem<sup>23</sup>. Tal concepção foi determinante para sua conversão ao cristianismo, pois lhe permitiu compreender Deus como o Bem Absoluto.

Por causa disso, o impacto do neoplatonismo em Agostinho, não foi apenas filosófico, mas também metodológico. Ele adotou a ideia de que a ascensão espiritual ocorre por meio de um processo de interiorização e purificação da alma, um conceito essencial para a sua futura formulação da doutrina cristã da graça<sup>24</sup>. Por fim, embora tenha posteriormente rejeitado certos aspectos do neoplatonismo, como sua visão de um mundo emanado e a negação da necessidade da graça divina, essa corrente filosófica desempenhou um papel central em sua trajetória intelectual e espiritual.

Em suma, a formação intelectual e espiritual do Santo foi marcada por um curso de intensa busca pela verdade, influenciado principalmente pelo maniqueísmo e pelo neoplatonismo. A princípio, o maniqueísmo ofereceu-lhe uma explicação dualista para a existência do bem e do mal, fornecendo um arcabouço materialista que parecia responder às suas inquietações filosóficas. Todavia, com o tempo, essa visão mostrou-se insatisfatória, especialmente devido à sua concepção corpórea da divindade e à falta de uma resposta consistente para a questão do mal.

---

<sup>23</sup> AGOSTINHO. *Confissões*, Livro VII, cap. 12, § 18, p. 134.

<sup>24</sup> A doutrina cristã da graça pode ser definida como o dom gratuito e imerecido de Deus, permitindo que o homem supere o pecado e alcance a salvação. No entanto, devido ao pecado original, a natureza humana está corrompida e é incapaz, por si mesma, de praticar o bem ou buscar a Deus. Assim, o ser humano não tem a capacidade de agir corretamente e orientar sua vontade em direção ao bem sem o auxílio da mesma. Portanto, mediante a graça que ilumina a mente e fortalece a vontade, será possível que o homem supere sua condição decaída (a questão sobre a graça será desenvolvida um pouco mais no capítulo IV). Vale salientar que a graça não destrói o livre-arbítrio, mas o aperfeiçoa. Nesse contexto, Santo Agostinho nos ensina que o ser humano só poderá encontrar verdadeiramente a Deus por meio da interiorização (movimento de retorno à essência da alma). Segundo o filósofo, Deus habita no íntimo do ser, e o autoconhecimento se revela como caminho fundamental para o conhecimento do divino. No entanto, para que essa busca seja autêntica e eficaz, é necessário que a alma passe por um processo de purificação, libertando-se dos desejos desordenados. AGOSTINHO. *Confissões*, Livro VII, cap. 17, § 23, p. 136.

Portanto, a transição para o neoplatonismo representou um marco decisivo em seu pensamento, pois através das obras de Plotino e Porfírio, Santo Agostinho abandonou a visão maniqueísta do mal como uma substância autônoma e passou a compreendê-lo como uma privação do bem. Além disso, a concepção neoplatônica de um Deus imaterial e transcendente o ajudou a superar a noção de uma divindade corpórea, aproximando-se assim de uma visão cristã mais sofisticada. Por vez, a filosofia neoplatônica também influenciou sua ideia de interioridade e ascensão espiritual, princípios que se tornariam centrais em sua teologia.

Inegavelmente, percebe-se que a evolução do pensamento de Agostinho, desde sua adesão inicial ao maniqueísmo até a assimilação das ideias neoplatônicas, foram fundamentais para sua conversão e para a formulação de sua própria filosofia. Sua habilidade de sintetizar essas influências e interpretá-las à luz da fé cristã contribuíram para que ele se tornasse um dos maiores pensadores da tradição ocidental, deixando um legado duradouro tanto na filosofia como na teologia.

## 2 INVESTIGAÇÃO ACERCA DO PROBLEMA DO MAL

### 2.1 Seria Deus o autor do Mal?

O problema do mal<sup>25</sup> foi algo que sempre inquietou Agostinho, mesmo antes de sua conversão ao cristianismo. Em suas *Confissões*, ele já demonstrava certo incômodo tanto em relação à origem do mal quanto ao mal em si. Todavia, é na obra *De Liberum Arbitrium* que ele resolve tratar acerca desse problema, que antes de tudo, tinha como objetivo rebater os erros maniqueístas. Tal obra tem como finalidade discutir o problema da origem do mal moral e o problema da liberdade humana, buscando responder à questão: se Deus é bom, como Ele permite o mal no mundo? O problema do mal sempre foi um paradoxo, pois a grande preocupação de Agostinho de Hipona era encontrar uma explicação para sua origem em um universo criado e governado por um Deus infinitamente bom e Todo-Poderoso. Se Deus é a perfeição em bondade e possui poder absoluto, então o mal não deveria existir.

Diante disso, como compreendê-lo? De onde o mal surge? Se reconhecemos a existência do mal, torna-se necessário buscar uma explicação para sua origem. Todavia, quem seria responsável por ele? Mesmo após passar um longo período no maniqueísmo, que apresentava uma visão dualista sobre essa questão, o filósofo descobriu em Plotino certas ideias que o auxiliou na busca por uma resposta. Contudo, tanto o maniqueísmo quanto o neoplatonismo não foram capazes de satisfazer plenamente as inquietações de seu coração.

Em um formato dialogado entre Agostinho e seu amigo interlocutor Evódio<sup>26</sup>, é iniciada uma investigação acerca desse problema. Evódio no Livro I, capítulo 1, §1 de *O*

---

<sup>25</sup> O problema do mal é uma questão de grande complexidade no pensamento de Agostinho, pois envolve aspectos metafísicos, morais e teológicos. Conforme nos aponta Abbagnano ao tratar da concepção agostiniana: “este termo tem uma variedade de significados tão extensa quanto a do termo bem (v.), do qual é correlativo. Do ponto de vista filosófico, entretanto, é possível resumir essa variedade em duas interpretações fundamentais dadas a essa noção ao longo da história da filosofia: 1- A noção metafísica do M. segundo a qual este é a) o não-ser, ou b) uma dualidade no ser; 2- noção subjetivista, segundo a qual o M. é o objeto de aptidão negativa ou crie um juízo negativo. I- A concepção metafísica do M. consiste em considerá-lo como o não-ser diante do ser, que é o bem, ou em considerá-lo como uma dualidade do ser, como uma dissensão ou um conflito interno do próprio ser. (ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 63).

<sup>26</sup> Amigo e conterrâneo de Agostinho, tendo-o conhecido já na fase adulta de sua vida. Evódio se converteu em Milão e ficou ao lado de seu amigo após a morte de Santa Mônica, em Roma. Agostinho cita Evódio em sua obra *Confissões*.

*Livre-Arbítrio* (1995, p. 20) pergunta a seu amigo se “Deus é o autor do mal”<sup>27</sup> e Agostinho lhe devolve a pergunta acerca de que tipo de “mal” seu amigo se refere. Devido a essa indagação, o autor definirá o mal em dois sentidos: o mal que alguém pratica – que está relacionado ao pecado<sup>28</sup> e à opção de escolha errada aderida pelo uso do livre-arbítrio humano e o mal que alguém sofre – aquele que está relacionado ao sofrimento ou as consequências do pecado original<sup>29</sup>, que por sua vez podem ser vistas como atos de punições justas no contexto da justiça divina (1995, p. 20). Assim, se acreditamos que Deus é bom, ele não pode praticar o mal, todavia, devido a sua justiça, Ele recompensa tanto aos bons como traz castigo aos maus, já que ninguém por Ele é punido injustamente (1995, p. 20).

Porém, mesmo que o autor nos apresente esses dois tipos de mal, ele também trata do mal metafísico-ontológico<sup>30</sup>. Por esse motivo, Santo Agostinho procura focar inicialmente no mal moral<sup>31</sup> e no mal físico<sup>32</sup>, já que seu principal objetivo é responder à questão sobre a

---

<sup>27</sup> Querido leitor, as referências bibliográficas utilizadas nesta monografia (*O livre-arbítrio*) correspondem à versão digital da obra consultada. Em razão disso, as indicações de paginação podem divergir das edições impressas tradicionais.

<sup>28</sup> O pecado, tanto no pensamento cristão como na filosofia de Agostinho, é entendido não apenas como uma infração externa a uma norma, mas como um ato interior de desordem da vontade. Trata-se de uma ruptura consciente e voluntária com a vontade de Deus, que compromete a ordem moral do universo e fere a relação do indivíduo com seu Criador. A etimologia da palavra “pecado” provém do latim *peccatum*, termo que carrega o sentido de “falta”, “erro” ou “transgressão”, derivado do verbo *peccare*, que significa literalmente “tropeçar”, “errar o caminho” ou “desviar-se”. Em suma, pecar é desviar-se do caminho reto, afastando-se do Bem Supremo, que é Deus.

<sup>29</sup> O pecado original, teve início quando Adão, movido por sua própria vontade, afastou-se de Deus ao usar mal sua liberdade. O afastamento do Sumo Bem corrompeu a natureza humana, tornando o pecado uma condição herdada por toda a humanidade. É por essa razão que a redenção não pode ser alcançada apenas por esforço humano, pois requer a graça divina.

<sup>30</sup> Segundo Nair de Assis Oliveira: “do ponto de vista metafísico-ontológico, não existe mal no cosmos, mas apenas graus inferiores de ser, em relação a Deus, graus esses que dependem da finitude do ser criado e dos diferentes níveis de finitude. Mas mesmo aquilo, que numa consideração superficial, parece “defeito” (e portanto poderia parecer mal), na realidade, na ótica do universo, visto em seu conjunto, desaparece. As coisas, as mais ínfimas, revelam-se momentos articulados de um grande conjunto harmônico.” (AGOSTINHO, Santo. *O Livre-Arbítrio*. Tradução de Nair de Assis Oliveira; revisão de Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995, p. 15. *apud* OLIVEIRA, Nair de Assis).

<sup>31</sup> “O mal moral é o pecado. Esse depende da nossa má vontade. E a má vontade não tem “causa eficiente”, e sim muito mais, “causa deficiente”. Por sua natureza, a vontade deveria tender para o Bem Supremo. Mas como existem muitos bens criados e finitos, a vontade pode vir a tender a eles e, subvertendo a ordem hierárquica, preferir a criatura a Deus, optando por bens inferiores ao contrário dos bens superiores. Sendo assim, o mal deriva do fato de que não há um único bem, e sim muitos bens, consistindo precisamente o pecado na escolha incorreta entre esses bens. O mal moral, portanto, é *aversio a Deo* e *conversio ad creaturam*. O fato de se ter recebido de Deus uma vontade livre é para nós grande bem. O mal é o mau uso desse grande bem.” (AGOSTINHO, Santo. *O Livre-Arbítrio*. Tradução de Nair de Assis Oliveira; revisão de Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995, p. 15. *apud* OLIVEIRA, Nair de Assis).

<sup>32</sup> “O mal físico, como as doenças, os sofrimentos e a morte, tem significado bem preciso para quem reflete na fé: é a consequência do pecado original, ou seja, é consequência do mal moral. A corrupção do corpo que pesa

origem do mal moral e defender a justiça de Deus diante do livre-arbítrio humano. No entanto, vale salientar que só existe mal moral porque há mal metafísico, pois se os seres criados fossem absolutamente perfeitos como Deus, nunca errariam ou escolheriam o mal; assim, como são limitados e imperfeitos, eles podem fazer escolhas erradas aderindo ao pecado. Por essa razão, ao começar seu argumento tratando apenas do mal moral e do mal físico, Agostinho constrói uma base sólida para sua defesa do livre-arbítrio e da bondade de Deus.

Justamente por esse motivo, Santo Agostinho irá inocentar a Deus de ser autor do primeiro tipo de mal, sendo então responsável apenas pelo segundo. De acordo com o filósofo, Deus não é o responsável pelo mal moral, porque este consiste no uso equivocado e voluntário da liberdade humana que, ao se desviar da orientação da razão, acaba se afastando através de atitudes errôneas da ordem justa instituída pelo Criador. O mal moral é o pecado, que não pode ter origem em Deus, pois Ele é perfeitamente bom, ou como Agostinho descreve, Ele é o Sumo Bem. Por outro lado, o autor afirma que Deus pode ser responsável pelo mal físico ou sofrimento, que muitas vezes é uma consequência justa do pecado e faz parte de sua ordem. Esse tipo de mal pode ser entendido como uma forma de correção ou punição justa, mas nunca como um mal absoluto, já que sempre tem um propósito dentro do plano divino.

Em contrapartida, Santo Agostinho acreditava que o mal metafísico não é uma entidade ou substância em si, mas sim uma corrupção, ou privação, de algo bom, como ele descreve em sua obra *Sobre A Natureza do Bem*:

O que é o mal? A corrupção. Quando se trata de procurar onde está o mal, deve primeiro investigar o que seja o mal. Ele não é mais do que a corrupção do modo, da espécie ou da ordem natural. Assim, diz-se má a natureza que está corrompida, pois que a natureza incorrupta é boa. Mas, mesmo a natureza corrompida, enquanto natureza, é boa, só enquanto corrompida que é má.<sup>33</sup>

Considerando isso, o filósofo sustenta que o mal não possui substância própria, mas consiste na privação do bem e na desordem da ordem, da forma ou da medida originalmente

---

sobre a alma não é causa, mas a pena do primeiro pecado.” (AGOSTINHO, Santo. *O Livre-Arbítrio*. Trad. Nair de Assis Oliveira; revisão de Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995. *apud* REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. Vol. I. São Paulo: Paulus, 1990, p. 455–456).

<sup>33</sup> AGOSTINHO. *A Natureza do Bem*. Porto: Fundação Eng. Antonio de Almeida, 1992, Parte II, § 4, p. 4.

estabelecidas. Para o autor, o conceito de natureza envolve uma compreensão profunda da relação entre criação, bondade e ordem. Pois, segundo Agostinho, tudo o que existe foi criado por Deus a partir do nada<sup>34</sup>, o que significa que toda a realidade criada participa, de algum modo, do ser e da bondade divina. Assim, a natureza, no seu sentido mais abrangente, é originalmente boa, porque provém diretamente da ação de um Deus que é o próprio Bem Supremo.

Além do mais, segundo a visão agostiniana, o homem foi criado reto, dotado de razão e vontade livre e orientado para o bem. No entanto, com a entrada do pecado no mundo, essa natureza foi profundamente corrompida. Assim, o homem permanece sendo o que é, mantendo sua essência e capacidades racionais, mas sua vontade encontra-se desordenada, inclinando-se com facilidade ao pecado. Apesar de tudo isso, essa natureza descrita, em sua essência, é boa, pois foi criada por Deus, que é a fonte de toda bondade. Agostinho de Hipona então só deseja nos mostrar que tudo o que existe foi criado por Deus e portanto, é originalmente bom. O mal surge quando algo se desvia de sua perfeição ou propósito natural.

Nesse ínterim, ele aborda o conceito de mal como algo relacionado à corrupção já que o mal é na verdade, a ausência ou a corrupção do bem. Assim sendo, quando algo perde seu modo, espécie ou ordem natural — ou seja, seu estado ideal e harmonioso — o mal ocorre.

Para Santo Agostinho, o mal deve ser compreendido como uma corrupção, e não como uma entidade independente. Nesse sentido, o mal metafísico se manifesta na limitação inerente às criaturas que, por não serem Deus, são finitas e sujeitas à degradação. Além do mais, essa corrupção também se expressa no mal moral, que ocorre quando o livre-arbítrio conduz à escolha equivocada, afastando o sujeito do bem.

Mesmo quando a natureza é afetada pelo mal, ela não se torna inteiramente má, pois sua essência continua sendo boa já que foi originada por Deus. Desse modo, o mal não existe de maneira autônoma, mas sim como um desvio ou ausência do bem.

Em virtude do que fora mencionado, uma natureza corrompida pode ser considerada má, mas somente na medida em que sofreu corrupção. No entanto, sua existência enquanto

---

<sup>34</sup> *Ex Nihilo*.

natureza, ainda que corrompida, mantém algo de bom, porque tudo o que existe deriva de Deus e do bem.

Étienne Gilson nos descreve o seguinte com base no pensamento agostiniano:

O mal só pode ser a corrupção de uma das perfeições na natureza que as possui. A natureza má é aquela em que medida, forma ou ordem estão corrompidas, e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Não corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer, boa; mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas no tanto em que é corrompida. Essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao se dizer que o mal é uma privação. Com efeito, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada. (GILSON, Etienne. 2006, p. 273)

Vale igualmente salientar que, para Santo Agostinho, o mal moral não possui um único autor responsável, já que cada indivíduo se torna autor ao cometê-lo, impulsionado por suas más inclinações. Portanto, a ação moral do sujeito é e sempre será uma ação consciente, pois se tudo fosse determinado por Deus, não teria como dividir as ações dos homens entre boas e más. Assim, as pessoas só poderão ser punidas por Ele quando o mal é realizado de modo totalmente voluntário.

Convém lembrar que Agostinho usa de tal lógica para defender que o homem é responsável por suas más escolhas, não Deus. Logo, o pecado não pode ser atribuído a Ele, porque Deus deu ao ser humano a liberdade para fazer escolhas, porém, mesmo com a possibilidade de escolha, a verdadeira liberdade irá consistir na aptidão que se orienta em direção ao bem.

Chegada a essa conclusão, o Doutor da Graça<sup>35</sup> é interrogado se o mal pode ser ensinado, e ele responde:

[...] Será impossível o mal ser objeto de instrução. Caso fosse ensinado, estaria contido no ensino e, desse modo, a instrução seria um bem. Ora, a instrução é um bem, como tu mesmo já o reconheceste. Logo, o mal não se aprende [...] Se a instrução falar sobre o mal, será para nos ensinar a evitá-lo e não para nos levar a cometê-lo. De onde se segue que, fazer o mal, não seria outra coisa do que renunciar a instrução. Pois a verdadeira instrução só pode ser para o bem.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Santo Agostinho é conhecido como o Doutor da Graça em virtude da singular profundidade com que dissecou o conceito da graça divina em suas tratativas teológicas. Ele enalteceu a imprescindibilidade absoluta da graça divina para a redenção da humanidade, ressaltando que, sem tal manifestação graciosa, a natureza humana seria incapaz de transcender o pecado e atingir a plenitude da salvação.

<sup>36</sup> AGOSTINHO. *O Livre-Arbitrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 21. Livro I, cap. 1, § 2.

Através desse trecho, o filósofo afirma que o mal moral não pode ser ensinado, pois ele é um bem. Além de salientar que o ato de ensinar é, por natureza, um bem, pois transmitir conhecimento verdadeiro é algo positivo. Por isso, como o mal é a ausência do bem e não uma realidade própria, ele não pode ser ensinado como se fosse um conhecimento legítimo pois ensinar implica guiar alguém para a verdade, e a verdade provém de Deus. Santo Agostinho quer nos mostrar através desse exemplo que o mal não é uma arte nem um saber técnico; ele é a negação da ordem e a ausência do bem, pois não se estuda, por exemplo, para ser mau como se estuda para ser médico ou arquiteto.

A instrução, no entanto, é algo bom por natureza, pois por meio dela o homem adquire conhecimento da verdade, além de aprender o que é justo. De acordo com essa visão, o autor sustenta que ninguém aprende a fazer o mal como se fosse uma arte ou uma ciência, tendo em vista que o mal não é algo que se ensina formalmente, ou seja, as más ações não vêm do aprendizado, mas sim do uso indevido do livre-arbítrio. Por esse motivo, quando Agostinho afirma a Evódio que o mal não se aprende; ele está ressaltando que o mal não é uma ciência, nem uma habilidade que se adquire como se aprende música, lógica ou qualquer disciplina técnica a qual conhecemos.

Ele ainda nos mostra que, quando o mal é tema de ensino, não é para ser cultivado, mas para ser reconhecido e rejeitado, já que a instrução sobre o mal tem por fim o discernimento ético, não o seu domínio como prática. Portanto, o filósofo argumenta que ninguém pode realmente ensinar o mal, pois ensinar pressupõe um movimento em direção ao conhecimento e à verdade, que são sempre bens. O mal só acontece quando alguém se afasta da verdade e do que é correto, usando mal o livre-arbítrio como já fora salientado.

Em contrapartida, dada essa conclusão, surge uma nova indagação: qual a razão de agirmos mal? A resposta está na nossa submissão da razão às paixões. Evódio começa a citar possíveis más ações, dentre elas, os adultérios, homicídios e sacrilégios (1995, p. 24). Agostinho argumenta que os pecados, como adultério e homicídio, não são maus apenas por causa dos atos em si, mas porque refletem uma desordem na alma do pecador. Em virtude disso, ele explica que a maldade não está nos atos em si, mas na desordem da alma de quem os comete, ou seja, Agostinho destaca que o pecado se encontra na intenção e no estado interno da alma daquele que o realiza, visto que para ele, a moralidade de uma ação está

vinculada à organização ou desorganização das motivações que levam a sua realização. Como é o caso do homicídio, Santo Agostinho admite que pode haver situações em que matar não seja considerado pecado, como em legítima defesa ou em uma guerra justa, desde que esses atos tenham como objetivo manter a justiça e não sejam guiados por paixões desordenadas, como o ódio, o desejo de vingança, o prazer em causar sofrimento ou visando algum tipo de interesse próprio. Essa concepção está profundamente ancorada na ideia de que a verdadeira maldade surge da desordem da vontade, a qual se desvia da lei eterna de Deus.

Por fim, o diálogo entre Santo Agostinho e Evódio acaba naturalmente adentrando à discussão sobre leis temporais e eternas porque, ao analisar a origem do mal e os atos morais como homicídios, sacrilégios e adultérios, surge a necessidade de refletir sobre a ordem que governa a moralidade e a sociedade. Para o autor, as leis eternas são os princípios imutáveis, perfeitos e universais que emanam da razão divina servindo como a medida última do bem e do mal. Por outro lado, as leis temporais são aquelas criadas pelos homens para organizar a vida em sociedade. Tais leis humanas são úteis e necessárias, mas, por serem falíveis e mutáveis, podem não refletir plenamente a justiça perfeita das leis eternas.

A transição do diálogo para esse tema ocorre porque Evódio, ao questionar a relação entre os atos humanos e a responsabilidade divina, leva Agostinho a explicar que somente ao aderir às leis eternas é que os seres humanos podem verdadeiramente agir de forma justa. As leis temporais, por sua vez, devem se inspirar nas eternas para preservar a ordem e reprimir os atos imorais como os discutidos anteriormente.

Devido a isso, Agostinho mais adiante vai argumentar que o pecado vem do mau uso do livre-arbítrio, quando a vontade se afasta do Bem Supremo buscando bens inferiores. Ele ainda dirá no Livro I, 1ª parte, cap. 4, § 10 de *O Livre-Arbítrio* (1995, p. 27), que: “Todas as ações más unicamente são más por causa da paixão pela qual são praticadas, isto é, por desejo culpável.”

## **2.2 O papel da consciência, da razão e da vontade para a compreensão da liberdade e responsabilidade moral**

Para compreender melhor o papel do livre-arbítrio em nossas vidas, precisamos percorrer alguns pontos que o filósofo trabalha no diálogo. Santo Agostinho inicia a segunda

parte de sua obra com o título que indica que a causa do pecado consiste no abuso da vontade<sup>37</sup> livre. Em seguida ele questiona seu interlocutor Evódio, se para ele é “certeza absoluta o fato de viveres”<sup>38</sup>. Essa indagação tem um propósito específico: levar Evódio a refletir sobre a diferença entre a simples existência e a consciência<sup>39</sup> dessa existência. O mais interessante é que o objetivo do diálogo é fazer com que seu amigo reconheça sua própria capacidade de consciência e reflexão, a fim de perceber que a vida não se resume apenas a um estado biológico, mas envolve um nível de consciência e entendimento que distingue os seres humanos dos demais seres vivos. Isso porque essa consciência é fundamental para o exercício do livre-arbítrio, pois implica a capacidade de refletir sobre as próprias ações e escolhas – algo que, por exemplo, os animais não são capazes de fazer. Como o próprio Santo afirma: “Pois é no espírito que reside a faculdade pela qual nós somos superiores aos animais”<sup>40</sup>, e, mais adiante, acrescenta: “Ora, os animais vivem, como já nos apareceu com clareza, mas não são dotados de razão<sup>41</sup>”. Dessa forma, Agostinho explora a ideia de que a faculdade que eleva os seres humanos acima dos animais é a capacidade racional, manifesta na alma ou no espírito humano, além de ser o que há de mais elevado na natureza humana. Enquanto os animais agem de maneira instintiva e estão subordinados às paixões, os seres humanos possuem o dom da razão e do discernimento, pois essa capacidade lhes permite fazer escolhas conscientes e

---

<sup>37</sup> A vontade é a inclinação interna do homem para agir de uma determinada forma, e ela pode ser compreendida como a força interior que orienta o ser humano em direção à ação. Diferentemente do livre-arbítrio, que representa a capacidade de escolher, a vontade é o princípio motor que impulsiona essas escolhas, sendo responsável pela direção que o indivíduo dá a sua liberdade. É então, por meio da vontade que o ser humano decide entre o bem e o mal e essa decisão adquire valor moral conforme esteja ou não ordenada ao amor de Deus e à verdade.

<sup>38</sup> AGOSTINHO. *O Livre-Arbitrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 32. Livro I, 2ª parte, cap. 7, § 16.

<sup>39</sup> O conceito de consciência em Santo Agostinho não corresponde, em sentido estrito, à compreensão moderna e psicológica do termo, isto é, como autopercepção moral ou julgamento subjetivo entre o certo e o errado. De fato, o vocabulário filosófico da época ainda não dispunha de uma formulação precisa dessa noção. Contudo, isso não implica ausência da ideia em sua reflexão. Pelo contrário, embora ele não utilize o termo consciência de forma sistemática, Agostinho aborda elementos que, posteriormente, seriam reconhecidos como constitutivos do conceito. Nesse sentido, destacam-se três aspectos centrais em sua obra: a presença da lei eterna inscrita na alma humana, a qual serve como critério do bem; o juízo interior que o indivíduo faz de si mesmo, especialmente em relação às próprias ações; e a responsabilidade moral, que decorre do uso da razão na avaliação do comportamento. Para o Doutor da Graça, o ser humano é capaz de reconhecer o bem justamente por meio da razão; luz interior que provém de Deus e orienta a vontade. Essa capacidade de discernimento, ainda que não nomeada como consciência, desempenha função equivalente ao que mais tarde será compreendido como consciência moral. Portanto, embora o autor não empregue o termo com a carga semântica contemporânea, na obra *O Livre-Arbitrio* oferece os fundamentos conceituais que permitem identificar uma forma primitiva de consciência, articulada por meio de categorias como razão, mente, vontade e lei interior.

<sup>40</sup> AGOSTINHO. *O Livre-Arbitrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 33. Livro I, 2ª parte, cap. 7, § 16.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

refletir sobre suas condutas. Ademais, Agostinho diz que “tudo o que nós sabemos, só entendemos pela razão”<sup>42</sup>.

Tal atributo espiritual transcende a mera tomada de decisões, porque capacita os indivíduos a buscar a verdade, distinguindo o certo do errado e orientando suas vidas segundo princípios éticos e morais. Para ele, essa faculdade é fundamental em sua filosofia, pois está intrinsecamente vinculada à responsabilidade moral e à liberdade decorrente do livre-arbítrio. Assim, ao olhar para dentro de si, Evódio reconhece sua própria capacidade de pensar e julgar, posto que é por meio da interioridade que o espaço para o livre-arbítrio se manifesta, permitindo que as decisões sejam tomadas e as ações, planejadas.

Em sua obra *Comentário aos Gênesis*, o autor salienta que: “Deus o fez (homem) à sua imagem e por isso o dotou de alma intelectual, pela qual se avantajava aos animais. [...] honrado desse modo, se não agir, será comparado aos mesmos animais aos quais se avantajava”<sup>43</sup>. Aqui Santo Agostinho destaca a importância singular do sujeito, concebido à semelhança de Deus. Segundo ele, essa semelhança divina é refletida, sobretudo, na capacidade racional e intelectual da alma, o que distingue os seres humanos dos animais irracionais, como já fora citado logo acima. No entanto, Agostinho reforça que essa superioridade não é um dom passivo, mas requer o uso consciente da razão e da liberdade. Caso o indivíduo não viva em harmonia com sua inteligência e propósito espiritual, ele corre o risco de se assemelhar aos animais, que são guiados apenas por seus instintos e necessidades físicas.

Visto que o homem é superior aos animais devido à sua capacidade racional, Santo Agostinho destaca que o verdadeiro sábio é aquele que vive em conformidade com a razão. Em contrapartida, a razão não é auto suficiente: ela deve submeter-se a Deus, que é a única realidade mais elevada do que a mente dotada de razão e sabedoria. Deus, como fonte suprema da verdade, bondade e perfeição, transcende toda a criação incluindo a própria mente humana. Nesse sentido, a razão humana encontra seu fundamento e propósito último em Deus, e alinhar-se com a vontade divina é, para o bispo, o caminho para alcançar a verdadeira sabedoria e a plena felicidade. Essa submissão à fonte divina da verdade e bondade, é o que possibilita ao homem transcender suas limitações e viver de forma plena e virtuosa.

<sup>42</sup> AGOSTINHO. *O Livre-Arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 73. Livro II, 1ª parte, cap. 7, § 9.

<sup>43</sup> AGOSTINHO. *Comentário aos Gênesis*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 220. Livro VI, XIII, 21.

Por conseguinte, Deus não é o responsável por constranger a mente humana a ser escrava das paixões mesmo que Ele tenha esse poder. No diálogo do Livro I, 2ª parte, cap. 11a, § 21b, o autor explicita que: “basta-nos saber que esse Ser, seja ele qual for, capaz de ultrapassar em excelência a mente dotada de virtude, não poderia de modo algum ser um Ser injusto. Tampouco, ainda que tivesse esse poder, ele não forçaria a mente a submeter-se às paixões” (AGOSTINHO, 1995, p. 40). Percorrido todo esse caminho, conclui-se que é a própria vontade e o livre-arbítrio<sup>44</sup> que torna a mente cúmplice da paixão e não Deus, já que a liberdade se relaciona com a vontade humana e não à razão. Assim, é o livre-arbítrio o agente do pecado já que torna a mente<sup>45</sup> escrava das paixões; ademais, o mau desejo que há no ser humano é ocasionado pelo pecado, mas não a causa do pecado, não sendo Deus portanto o seu responsável. (1995, p. 39).

Reale se dirigindo ao pensamento agostiniano nos descreve o seguinte:

A liberdade é própria da vontade e não da razão [...] a razão pode conhecer o bem e a vontade pode rejeitá-lo, porque, embora pertencendo ao espírito humano, a vontade é uma faculdade diferente da razão, tendo uma autonomia própria em relação à razão, embora seja a ela ligada. A razão conhece e a vontade escolhe, podendo escolher inclusive o irracional, ou seja, aquilo que não está em conformidade com a reta razão (REALE, 2003, p. 98).

Reale pretende nos apontar que a razão tem como função principal investigar, compreender e discernir aquilo que é justo e correto, mas não possui autoridade para determinar a ação da vontade, servindo a razão apenas como orientadora, indicando o caminho do bem, sem coagir o homem a segui-lo. Já a vontade é dotada de liberdade e

---

<sup>44</sup> Apesar de serem frequentemente associados, vontade e livre-arbítrio não são conceitos idênticos. A vontade refere-se à inclinação interior que impulsiona o ser humano a desejar e a agir, pois é a força motivadora por trás das escolhas. Por sua vez, o livre-arbítrio é a faculdade racional da alma que permite ao indivíduo deliberar entre diferentes possibilidades de ação, escolhendo conscientemente entre o bem e o mal. Ou seja, enquanto a vontade expressa o querer, o livre-arbítrio representa o poder de decidir. O livre-arbítrio nada mais é que um dom concedido por Deus à criatura racional, não como causa do mal, mas como condição necessária para a existência do bem moral. É justamente por possuir livre-arbítrio que cada sujeito é responsável por seus atos, pois só há mérito ou culpa onde há liberdade de escolha. Em suma, é a vontade que move a ação, e o livre-arbítrio que a direciona.

<sup>45</sup> Querido leitor, em Santo Agostinho, o termo mente (*mens*) designa a dimensão mais elevada da alma humana, pois ela é aquela que se orienta para Deus e participa das realidades eternas. Ainda que não seja sinônimo exato de alma (*anima*), a mente representa sua parte racional e espiritual, onde residem faculdades como a razão, a memória, a inteligência, a vontade e a capacidade contemplativa. O autor concebe a mente como dotada de uma estrutura trinitária: memória, inteligência e vontade que refletem, de certo modo, a imagem da Trindade divina no interior humano. Tais elementos, ainda que nomeados separadamente ao longo de sua obra, não são empregados como sinônimos rigorosos, pois é a mente que os integra e coordena em sua busca por autoconhecimento e por Deus.

autonomia, sendo a faculdade responsável pela escolha moral; portanto, é nessa ação que se torna evidente a distinção entre ambas, pois a razão aponta o bem, contudo será a vontade que decidirá segui-la ou rejeitá-la.

Adiante, Santo Agostinho, em diálogo com Evódio, busca aprofundar a compreensão do papel também da “boa vontade”<sup>46</sup> no entendimento do livre-arbítrio. Para o Bispo de Hipona é evidente que a boa vontade está sob nosso domínio, pois é por meio dela que agimos corretamente. Além disso, é ela que nos impulsiona, de maneira ativa e deliberada, a buscar e praticar o que é justo. O autor também salienta que a boa vontade é um dos maiores tesouros concedidos por Deus, como ele mesmo descreve:

Ora, quem quer que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem mais preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo. E ao contrário, a quem não a possui, falta-lhe, sem dúvida, algo que ultrapassa em excelência todos os bens que escapam a nosso poder<sup>47</sup>.

O Doutor da Graça ressalta aqui a primazia da boa vontade em relação aos bens materiais e prazeres mundanos, visto que essa disposição interior é um tesouro inestimável, já que está intimamente vinculada à vida virtuosa, à busca do Bem Supremo e à comunhão com Deus. Diferente dos bens terrenos, que são efêmeros e muitas vezes alheios ao controle humano, a boa vontade possui um valor perene e transcendente.

Além do mais, o autor destaca que a ausência dessa virtude representa uma perda profunda, pois quem dela carece está privado de algo que supera todos os bens externos. Ele ainda enxerga a boa vontade como o princípio essencial que orienta o ser humano para Deus e o conduz à verdadeira felicidade, além de implicar o exercício de quatro virtudes cardeais, as quais são: a prudência, a justiça, a força e a temperança. Essas quatro virtudes se revelam como formas específicas pelas quais a boa vontade se expressa e se concretiza nas ações humanas.

---

<sup>46</sup> A boa vontade, no pensamento de Santo Agostinho, é aquela que se orienta livremente em direção ao Bem Supremo que é Deus. Trata-se também de uma disposição interior que fundamenta a retidão moral, pois ama a ordem, busca a sabedoria e se deixa iluminar pela luz divina; a boa vontade não se deixa levar por inclinações desgovernadas, mas por uma firme aspiração de conformar-se à vontade divina. Nesse sentido, ela representa a resposta ética e espiritual mais elevada ao dom do livre-arbítrio. Embora Deus conceda ao homem a capacidade de escolher, é da responsabilidade dele usar essa liberdade de maneira justa, guiado por uma vontade que se volta, não para os prazeres passageiros, mas para o eterno e o verdadeiro.

<sup>47</sup> AGOSTINHO. *O Livre-Arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 42. Livro I, 3ª parte, cap. 12, § 26.

Em primeiro lugar, é indispensável que a boa vontade esteja acompanhada de discernimento para identificar o que é verdadeiramente bom em cada circunstância. Assim, a prudência – capacidade de julgar corretamente e optar pelo curso de ação mais adequado, torna-se fundamental para orientar a boa vontade, posto que, sem a prudência, mesmo uma boa intenção pode resultar em atos equivocados. Em contrapartida, a boa vontade naturalmente se direciona à justiça, que consiste na virtude de tratar os outros com equidade e respeito.

Uma pessoa movida por boa vontade não apenas deseja o bem para si mesma, mas também busca estabelecer relações justas e harmoniosas com os outros. Por outro lado, a fortaleza, enquanto virtude que nos concede coragem e determinação para enfrentar adversidades, é indispensável para que a boa vontade permaneça firme e não se desvie facilmente se corrompendo. Logo, a boa vontade também se manifesta no controle das paixões e desejos. A temperança, virtude que promove a moderação, assegura que a busca por prazeres seja equilibrada, de modo a não nos afastar do bem maior nem causar prejuízo aos outros. Desse modo, as virtudes cardeais se integram harmoniosamente à boa vontade, conferindo-lhe plena efetividade na orientação para o bem.

O autor nos mostra que é por causa da boa vontade concedida pelo Criador que os seres humanos desejam viver de maneira justa e honesta (1995, p. 45), porque em essência, o que buscam é alcançar uma vida feliz. Por certo, embora o anseio pela felicidade seja universal, nem todos a conquistam, uma vez que, por meio de suas escolhas voluntárias, acabam optando por caminhos que os levam a uma vida repleta de infortúnios, recebendo, assim, as consequências de suas próprias decisões. Destarte, o merecimento de uma ação está na vontade, pois é a vontade humana orientada pelo livre-arbítrio que define o valor moral das ações dos sujeitos (1995, p. 47).

A seguir, Agostinho dirá para Evódio que há duas espécies de homens, sendo uns amigos das coisas temporais e outros das coisas eternas, assim como as leis eternas e temporais; por vez, o pensamento Agostiniano sobre os dois tipos de homens acaba por refletir sua visão dualista e espiritual sobre a natureza humana e a orientação moral. De acordo com ele, os amigos das coisas temporais são aqueles que direcionam seus desejos e

vontades para os bens materiais, mundanos e passageiros, pois tais indivíduos buscam prazer, riqueza e poder que, embora ofereçam satisfação momentânea, não levam à felicidade plena.

Agostinho então revela que esse apego ao temporário pode afastar as pessoas da virtude e da ligação com Deus. Por outro lado, os amigos das coisas eternas são aqueles que focam sua vida nos valores espirituais e na busca por Deus, vivendo guiados pela vontade divina, pela fé e pela prática do amor preferindo os bens eternos – como a justiça e a salvação, as quais transcendem os limites do tempo e do mundo físico. Sem dúvida, para o Doutor da Graça, esses indivíduos entendem que apenas nas coisas eternas reside a verdadeira felicidade e paz.

Posteriormente, com o intuito de mostrar as consequências do apego ou desapego dos bens deste mundo, Santo Agostinho aprofunda sua reflexão sobre o uso das coisas criadas, mostrando que elas podem ser empregadas de maneira boa ou má, dependendo da intenção e da disposição moral daquele que as utiliza, argumentando que os bens materiais e temporais, por si mesmos, não são maus, contudo podem ser usados para fins virtuosos quanto para fins perversos, dependendo da orientação da vontade.

Desde o princípio, Deus criou todas as coisas boas, e o problema do mal não consiste nas coisas por Ele criadas, já que as coisas do mundo não são más em si mesmas, mas que ao fazer o uso desordenado de tais coisas os seres humanos podem usá-las para determinados fins. Agostinho, então dialogando com seu interlocutor, mostra que todo aquele que se serve mal se apegando demasiadamente a certos bens, acaba se embaraçando com os mesmos, por depositar amor de forma excessiva e trazendo sobre si dores e penalidades, já que se vinculam emocionalmente a elementos transitórios que podem ser perdidos.

Percebe-se que ele quer mostrar que os bens materiais possuem um valor moral neutro, podendo ser utilizados de maneira tanto positiva como negativa, pois o problema não está nos objetos em si, mas na forma como são empregados. O filósofo assim diz:

Visto que assim é, crês que seria preciso condenar o ouro e a prata por causa dos avaros; ou o vinho por causa dos que se embriagam; ou o encanto das mulheres por causa dos libertinos e dos adúlteros, e assim em relação a tudo mais? [...]  
Ev: não se pode considerar as coisas por elas mesmas, mas sim os homens que podem fazer mau uso delas<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> AGOSTINHO. *O Livre-Arbitrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 50. Livro I, 3ª parte, cap. 15, § 33.

Agostinho aqui quer nos mostrar que a natureza essencial de substâncias como ouro, prata ou vinho não justifica sua condenação, mesmo diante do uso indevido por alguns. Para o filósofo, o juízo moral autêntico reside na intencionalidade e nas ações humanas e conclui que para evitar a armadilha da dependência emocional e moral dos bens materiais, nós devemos nos posicionar acima deles, cultivando o autocontrole e o discernimento em nossas relações com a posse e o uso, ainda mais quando permitimos que os bens definem nossa identidade e felicidade.

Ao final, vemos que a essência do pecado procede do livre-arbítrio, visto que é próprio da vontade humana a opção em escolher e abraçar aquilo que então preferir, não havendo nada a não ser a própria escolha consciente do sujeito que poderá desviá-lo do caminho da virtude. Então, compreendendo tal afirmação, fica evidente que não se pode censurar um objeto que se usa mal, mas a pessoa que dele se fez um mau uso (1995, p. 50). Por fim, quando alguém comete o mal, menospreza os bens eternos, se distanciando das coisas divinas e duráveis para se apegar às coisas mutáveis e incertas. Portanto, a alma que está pervertida é então escravizada por esses bens inferiores, ficando evidente que todo o mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade.

### 3 LIVRE-ARBÍTRIO: UM BEM DERIVADO DE DEUS

Levando em conta que Deus não é o autor do mal moral e que o pecado procede do mau uso do livre-arbítrio da vontade, por que Deus então o concedeu ao homem, se é por meio unicamente dele que pecamos? O Criador fez bem ao concedê-lo ao ser humano? Se Ele concedeu, não seria mais fácil se não o tivesse doado ao indivíduo? Levantadas essas questões por meio de Evódio, no Livro II da obra *O Livre-Arbítrio* (AGOSTINHO, 1995, p. 65) e com base no que já foi delimitado até aqui, o Doutor da Graça não descarta que o sujeito em essência é um bem e tudo o que Deus criou é bom, já que possui ordem, medida e número. Para Agostinho, tanto a ordem, a medida e o número são princípios fundamentais que revelam a inteligência e a beleza da formação de Deus. Tais noções, distantes de serem apenas elementos abstratos, manifestam a sabedoria com que o Criador estrutura o universo. A ordem, por sua vez, traduz a harmonia presente na disposição de todas as coisas, refletindo uma intenção que transcende o acaso. A medida para ele garante a justa proporção entre os elementos, assegurando o equilíbrio necessário para a existência e a permanência, enquanto o número representa a lógica subjacente à realidade, ou melhor descrevendo – a linguagem invisível com que Deus arquitetou o cosmos, conferindo-lhe sentido e harmonia. Ligados, esses três elementos apontam para um universo não apenas criado, mas cuidadosamente pensado, onde cada parte ocupa seu lugar com precisão e finalidade.

Por isso, considerando que Deus criou todas as coisas com ordem, medida e número, a capacidade de agir ou não virtuosamente se atrela sobretudo à vontade livre que é um dentre tantos outros bens que dele procedem; por certo, se não existisse essa liberdade, de maneira alguma haveria o poder de escolha voluntária e consciente, como já tantas vezes foi salientado. Nesse sentido, Santo Agostinho em seu Livro II, 3ª parte, capítulo 18, § 47 nos descreve que “não podemos agir com retidão a não ser pelo livre-arbítrio da vontade” (AGOSTINHO, 1995, p. 108). Aqui, nós podemos reconhecer o papel fundamental da liberdade na realização do bem moral.

Em contrapartida, é evidente que, ao conceder o livre-arbítrio, Deus permitiu que os sujeitos pudessem escolher também o mal, uma vez que a vontade humana foi enfraquecida pelas consequências do pecado original, não conseguindo o homem direcionar sozinho sua

vontade segundo a reta razão. A reta razão pode ser compreendida como a inteligência humana elevada pela luz da verdade, e que é capaz de discernir o bem autêntico em meio às aparências enganosas do desejo, da conveniência ou das paixões desenfreadas. A reta razão não se limita a calcular meios ou satisfazer vontades, mas se orienta por um princípio superior que é a busca sincera do que é justo e bom em si mesmo. Intimamente unida à consciência reta, essa razão é como um olhar interior que enxerga com clareza o que deve ser escolhido ou evitado, não por imposição externa, mas por fidelidade à ordem moral que habita a própria alma e reflete a sabedoria do Sumo Bem.

Com base no que foi delimitado, imaginemos como exemplo alguém diante da tentação de se apropriar de algo que não é dele, mas de outrem. No primeiro instante, esse ato pode parecer vantajoso, prometendo algum tipo de ganho instantâneo. Todavia, quando guiada pela reta razão, tal sujeito reconhece que essa escolha, embora aparentemente útil, viola princípios primordiais como: o da justiça – que exige o respeito ao direito do outro; o da ordem – que sustenta a convivência harmoniosa; e o da caridade – que convida ao amor ao próximo. A razão, iluminada pela verdade, percebe que o bem não pode ser medido pela utilidade imediata e no interesse pessoal, mas pela conformidade com a vontade divina e o bem comum.

Santo Agostinho também nos mostra que não devemos condenar o livre-arbítrio só porque é utilizado de forma errônea pelo ser humano, assim como não podemos privar os membros de nosso corpo dizendo que Deus errou ao nos dar só porque alguém realizou atos vergonhosos com eles. Assim, ele nos enuncia:

Com efeito, vê-se que grande privação é para o corpo não ter as mãos, e contudo acontece que há quem use mal das próprias mãos. Realizam com elas ações cruéis ou vergonhosas.

Se visses uma pessoa sem pés, afirmarias que lhe falta à integridade do corpo, um bem muito valioso. Entretanto, aquele que se serve de seus pés para prejudicar ao próximo avilta a si mesmo, estaria usando mal de seus pés.

[...] Com os olhos vemos esta luz do dia e distinguimos as diversas formas corporais. São eles elementos de máxima beleza em nosso corpo. Assim, estão eles colocados como no ápice, em tributo a sua dignidade. Seu uso contribui para salvaguardar o homem e trazem eles à nossa vida muitas vantagens. Entretanto, muitos se servem deles para praticarem atos vergonhosos e obrigam-nos a servir às suas paixões<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> AGOSTINHO. *O Livre-Arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 109. Livro II, 3ª parte, cap. 18, § 48.

Como resultado, Agostinho de Hipona nos aponta que é preciso condenar os que abusam do livre-arbítrio ao invés de condenar a Deus dizendo que Ele se equivocou ao nos conceder (1995, p. 110). Todavia, o livre-arbítrio não é o bem mais perfeito (1995, p. 111) ao contrário das virtudes cardeais: justiça, prudência, força e a temperança, por meio das quais a reta razão governa, sem a qual, virtude alguma pode existir e pessoa alguma pode dela abusar.

Com a finalidade de melhor tratar sobre esse assunto, o filósofo nos apresentará as categorizações de bens em: grande, mínimos e médios. As virtudes cardeais se encontram na categoria de grandes bens já que não pode ser utilizadas para a prática do mal e ninguém dela faz mal uso; os bens mínimos são os bens corporais e exteriores que Santo Agostinho (1995, p. 111) cita no Livro II, cap. 19, § 50 como “as diversas espécies de corpos sem os quais pode-se viver com honestidade”, e os bens médios correspondem aos atributos da alma, como a inteligência, a vontade e a liberdade, que podem ser direcionados tanto para o bem quanto para o mal. É justamente nesse nível que se situa o livre exercício da vontade humana.

Após esse levantamento acerca dos bens, é esclarecido a nós que o único bem que ninguém dele mal se utiliza são os bens grandes, enquanto os médios e os mínimos há quem faça bom como mau uso. Dito isso, se conclui que Deus dispõe ao homem tanto os bens grandes como os médios e inferiores independentemente da forma que os sujeitos irão deles se utilizar (1995, p. 111).

Com o objetivo de chegar a uma conclusão plausível sobre a questão levantada, compreendemos que a vontade livre não é má, mas que o mal consiste na aversão da vontade humana quando se distancia do Bem Imutável se voltando então para bens temporários. Além do mais, a noção de que o livre-arbítrio foi concedido ao indivíduo com o propósito de conduzi-lo a uma vida justa se alicerça no princípio da justiça de Deus. Então, ao realizar atos de maneira voluntária, o homem receberá o devido e merecido castigo, ou a recompensa por suas decisões.

Percebe-se através disso que a grande questão é que sem o livre-arbítrio, o comportamento do indivíduo seria somente o resultado de causas externas, o que exclui a possibilidade de responsabilizar ou premiar a criatura por suas ações. Então, fica evidente o quanto seria incompatível com a justiça divina se Deus punisse o ser homem por suas transgressões ou o recompensasse por suas boas ações, caso este não agisse de forma livre e

voluntária. É compreendido então que, sem o livre-arbítrio, o comportamento do indivíduo seria somente o resultado de causas externas.

Agostinho de Hipona ainda ressalta no diálogo do Livro II, cap. 20, § 54, que o mal se origina por intermédio da deficiência do livre-arbítrio “já que a vontade move-se, afastando-se do Bem imutável para procurar um bem mutável” (AGOSTINHO, 1995, p. 113). Dessa maneira, toda vez que a vontade se distancia de Deus e da reta razão, configura-se o pecado. Considerando tais aspectos, quando a vontade se desvia do Bem Supremo e se orienta para o mal, ela sofre uma deterioração interior, corrompendo-se e tornando-se viciada, logo, ela acaba perdendo paulatinamente sua capacidade de autodeterminação em direção ao bem.

Logo depois, o pensador reafirma que Deus não pode ser considerado o autor do pecado; tal desvio é resultado da escolha do indivíduo racional que, ao voltar-se para o não-ser, rompe com a ordem do bem e corrompe a si mesmo. Santo Agostinho utiliza o termo não-ser de modo simbólico, pois embora essa expressão tenha origem metafísica, indicando uma deficiência ontológica, é empregado por ele para esclarecer a realidade do mal moral. Assim, o não-ser nesse contexto não fica limitado apenas a um conceito abstrato, mas traduz a expressão do esvaziamento interior causado pela ação pecaminosa do homem. O pecado, no entanto, é moral em sua origem ao passo que traz consigo uma consequência ontológica que fragiliza o ser daquele que peca, corrompendo então sua natureza ao romper com a ordem do bem estabelecida por Deus. Nesse contexto, o pecado então pode ser entendido como a ausência da bondade que deveria orientar o uso do livre-arbítrio, ao passo que a liberdade concedida ao sujeito se apresenta como a única fonte possível do mal moral, já que este nasce do mau uso da vontade livre.

Conforme o que foi descrito sobre essa questão, o livre-arbítrio é compreendido como a origem do mal em sua dimensão deficiente, não como algo criado positivamente, mas como um afastamento do bem. O mal, nesse sentido, não possui substância própria, sendo antes uma falha ou desordem da vontade que opta por se desviar do Criador. Posto isso, o livre-arbítrio não produz o mal, mas possibilita sua ocorrência quando a escolha humana se orienta incorretamente.

Em suma, é coerente concluirmos que a vontade livre é um bem valioso e um elemento positivo, pois por meio dele, podemos viver com integridade, cultivando virtudes

que de Deus diretamente dependem. Devido a este motivo, o livre-arbítrio é concedido ao ser humano como instrumento para alcançar méritos próprios já que ele sustenta toda a estrutura da moralidade e representa o fundamento essencial de um universo orientado por valores elevados. Evódio, no diálogo, irá nos descrever que não podemos praticar nenhuma boa ação a não ser mediante a vontade, ficando claro que ela nos foi entregue com o intuito de realizarmos o bem, tendo em vista que o homem não basta saber o que é bom, é preciso querer o bem para que venha agir bem (1995, p. 139). Assim, fica evidenciado que através da liberdade da vontade nós nos aproximamos ou nos distanciamos do bem eterno, ainda que este esteja sujeito ao pecado.

#### 4 A RELAÇÃO ENTRE PRESCIÊNCIA DIVINA E O LIVRE ARBÍTRIO

Antes de penetrarmos no desafio filosófico e teológico, que é conciliar a presciência divina com a liberdade da vontade humana, é prudente retornar a algumas premissas básicas que iluminam essa questão. Até o momento, percebemos que a liberdade é um dom outorgado por Deus. Todavia, esse bem não é isento de riscos pois ele confere ao indivíduo não apenas a possibilidade de realizar o bem, como também a capacidade de se desviar dele.

O mal, no entanto, não provém de Deus, mas surge da própria vontade humana, quando esta, guiada por critérios errados, opta por um caminho inferior. Mediante isso, torna-se evidente uma dinâmica central da liberdade: o afastamento dos bens superiores em favor dos inferiores, assim, o erro moral não consistirá na escolha em si, mas na desordenação dos desejos e na subversão da ordem dos valores. Ao preferir o que é passageiro, sensível ou imediato em detrimento do que é eterno, verdadeiro e pleno, o sujeito distorce sua própria liberdade e rompe com a ordem do bem. Essa escolha não ocorre no vazio, mas é mediada por uma faculdade essencial: a razão. É a razão quem deve discernir os valores, reconhecer o bem maior e orientar a vontade em sua direção.

Quando a razão se encontra obscurecida seja pela ignorância ou pelo apelo desmedido dos desejos, a vontade pode inclinar-se ao que não edifica. Então, a liberdade torna-se ambígua pois possui a capacidade de elevar-se ao bem Supremo, como também risco constante de queda, pela má escolha. Por isso, o livre-arbítrio não é apenas o direito de escolher, mas a responsabilidade de fazê-lo bem, à luz da verdade que é Deus. A partir disso, entendemos que cada sujeito é autor de seus atos e não há justificativa para transferir a Deus, ou às circunstâncias externas, a responsabilidade pelas decisões tomadas.

Tendo compreendido até aqui o que o Doutor da Graça procurou ressaltar, como acreditar na presciência divina e ao mesmo tempo, conciliá-la com tudo o que foi assimilado até o momento sobre essa questão? Afinal, se Deus já conhece previamente todas as nossas ações, como pode haver, de fato, liberdade? Não estaria, então, nossa vontade determinada por esse conhecimento? Como nós podemos ser verdadeiramente livres e responsáveis por nossos atos se o Criador já prevê, desde sempre, tudo o que iremos realizar?

Levando isso em consideração, compreendemos que a presciência divina é um atributo de Deus, pela qual Ele conhece de antemão todos os nossos eventos futuros, inclusive nossas decisões e ações. A presciência do Criador nada mais é que o seu saber absoluto e eterno, ou seja, Deus não prevê as coisas como nós indivíduos prevemos, se Ele contempla diretamente tudo o que irá ocorrer é porque está fora do tempo. Para Deus, não há passado ou futuro, porque tudo está diante dele. Por isso, a presciência divina não entra em contradição com o livre-arbítrio, já que o Criador não determina o que vamos eleger, e mesmo possuindo esse poder, Ele não interfere em nossas decisões.

Nesse ínterim, se o Sumo Bem, por sua presciência, conhece de antemão todas as coisas, então Ele já sabia que o primeiro homem haveria de pecar, assim como sabia da queda de todos os seus descendentes. O problema, no entanto, surge quando se tenta conciliar isso com a ideia de liberdade da vontade, pois, se tudo é conhecido e previsto por Deus, tudo o que ocorre no mundo acontece de modo necessário. Por vez, se Deus já sabia que o primeiro homem pecaria por que o criou, ou por que não o impediu de comer o fruto da árvore, ou até mesmo por que não destruiu a astuta serpente? Seria Deus Todo-Poderoso e justo por não impedir ou até mesmo permitir que determinados acontecimentos ocorram ou não?

Retornando ao que foi indagado logo acima, essas perguntas também retratam as dúvidas e preocupações encontradas no Livro III do diálogo, especialmente no que diz respeito a Evódio, o qual questiona Agostinho sobre essa relação, que ressoa à primeira vista mais como uma contradição:

Sinto-me sumamente preocupado com uma questão: como pode ser que, pelo fato de Deus conhecer antecipadamente todas as coisas futuras, não venhamos nós a pecar, sem que isso seja necessariamente? De fato, afirmar que qualquer acontecimento possa se realizar sem que Deus o tenha previsto seria tentar destruir a presciência divina com desvairada impiedade. É porque, se Deus sabia que o primeiro homem havia de pecar – o que deve concordar comigo todo aquele que admite a presciência divina em relação aos acontecimentos futuros –, se assim se deu, eu não digo que por isso ele não devesse ter criado o homem, pois o criou o bom, e o pecado em nada pode prejudicar a Deus.

Além do que, depois de Deus ter manifestado toda a sua bondade criando-o, manifestou sua justiça, punindo o pecado, e ainda sua grande misericórdia, salvando-o. Desse modo, não digo que ele não devia ter criado o homem, mas, já que previra seu pecado como futuro, afirmo que isso devia inevitavelmente realizar-se. Como, pois, pode existir uma vontade livre onde é evidente uma necessidade tão inevitável?<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> AGOSTINHO. *O Livre-Arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 140. Livro III, 1ª parte, cap. 2, § 4.

Antes de dar uma possível resposta às perguntas levantadas, percebemos no Livro III que ao mesmo tempo que o interlocutor demonstra certa preocupação, ele não nega que Deus tenha criado o homem bom ou que Ele errou ao criá-lo, como assim também ressalta que o pecado não tem o poder de afetar e prejudicar a Deus. Todavia, Evódio parece preocupado com a ideia de haver liberdade plena se Deus já conhece de antemão os nossos feitos, exclusivamente o que cada sujeito irá escolher e querer. Mediante preocupação, Evódio procura lidar com a correlação entre presciência e liberdade e traz à tona o problema do pecado original, cometido por nossos primeiros pais<sup>51</sup>.

De acordo com o relato da criação encontrado nas sagradas escrituras<sup>52</sup>, tudo o que Deus criou é bom e perfeito, porque ao trazer à existência o que nada era, sua criação reflete sua harmonia e objetivo, já que tudo o que há no mundo desde o princípio foi arquitetado com perfeita ordem retratando sua perfeição, e prova que antes da queda do homem, o mundo era um lugar isento de sofrimento e de pecado.

Convém recordar que quando Deus concedeu o livre-arbítrio para o homem, Ele já sabia que o indivíduo poderia pecar, mas mesmo assim soprou em suas narinas o fôlego de vida<sup>53</sup>, além de lhe conferir a dignidade de possuir uma alma racional e livre, que voluntariamente pudesse se aproximar dele e manter-se voltado para Ele. No entanto, utilizando essa mesma liberdade, o homem decidiu distanciar-se do bem e como consequência, caiu e se perdeu no mal, se afastando do seu Criador. É notório também ressaltar que antes do pecado atingir o mundo e o homem decair da graça, Adão e Eva tinham a plena capacidade de compreender e aceitar diferentes preceitos, pois foram-lhe conferidos inteligência e liberdade, podendo sempre escolher de forma livre resistir ao mal ou se deixarem ser vencidos por ele, se entregando a insensatez ao rejeitar a sabedoria divina.

---

<sup>51</sup> O relato da queda é narrado no livro (Gn 3:1–24). O pecado original é o pecado de desobediência cometido por Adão e Eva no Jardim do Éden, quando voluntariamente decidem comer o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, dando assim ouvidos a mulher à serpente e o homem à sua mulher. Através do ato cometido, acarretou a morte espiritual e a entrada de males do mundo, provocados então pela desobediência. Por conseguinte, o ser humano, ao ser criado por Deus, recebeu a faculdade do livre-arbítrio, por meio da qual poderia trilhar o caminho da sabedoria. Todavia, como criatura finita, não possuía desde o início a plenitude do saber – atributo exclusivo do Criador. Essa limitação torna-o vulnerável às influências externas, como as artimanhas da serpente, que com astúcia levou o primeiro casal à queda. A partir de então, o pecado passou a exercer uma influência enigmática sobre a liberdade humana, afetando a capacidade do homem de escolher o bem de forma íntegra.

<sup>52</sup> O relato da Criação se encontra no Livro de Gênesis, capítulo 1, versículo 1 ao 31.

<sup>53</sup> (Gn 2:20).

Retornando ao diálogo em que Evódio diz o que lhe preocupa, ele não procura menosprezar a bondade de Deus, já que Ele faz todas as coisas para um propósito específico e bom, sendo sua criação demonstrada através das manifestações de sua bondade, mesmo sabendo de antemão que o homem optaria por pecar. Apesar de ter absoluta certeza sobre isso, Evódio põe em questão a possibilidade de uma plena livre escolha já que o futuro está predeterminado pelo conhecimento divino.

#### **4.1 Presciência divina: alicerce a não obstáculo à liberdade humana**

Santo Agostinho, do mesmo modo, compreende à princípio a preocupação colocada por seu amigo, causando-lhe também certa admiração, pois, como não admitirmos contradição e certa repugnância se Deus antevê todas as nossas ações, enquanto por outro lado, acabamos pecando por livre vontade e não por necessidade? (1995, p. 141). Semelhantemente, se o Criador prevê o pecado de cada sujeito, este acaba pecando de modo inevitável, uma vez que, ao pecar, o homem não pode se esquivar desse ato. Assim, se o pecado é necessário, não há verdadeira liberdade no ato de pecar, mas apenas uma necessidade irresistível e imutável.

De acordo com tal raciocínio, Agostinho afirma no livro III, 1ª parte, cap. 3, § 6 que será fundamental chegarmos a duas conclusões: “ou negar em Deus, impiamente, a presciência de todos os acontecimentos futuros; ou bem, caso não possamos negá-lo, de admitir que pecamos, não voluntariamente, mas necessariamente” (AGOSTINHO, 1995, p. 141).

Considerando isso, o autor pergunta a seu interlocutor se tudo o que sucede é previsto por Deus de forma necessária, e não resultante da vontade humana. Evódio então concorda com essa afirmação. Todavia, é nesse ponto que o bispo de Hipona o questiona, perguntando se ele próprio sabe quais atos voluntários realizará no dia seguinte se são o de agir corretamente ou o de pecar (1995, p. 141). Após determinada reflexão e não sabendo Evódio como agirá no outro dia, Santo Agostinho quer mostrar que não podemos saber com certeza o que faremos no dia seguinte, pois nada conhecemos acerca do nosso futuro, pois apenas Deus o conhece. Isso porque, como Criador, Ele não se limita ao tempo, já que por meio de sua presciência, Ele conhece e prevê todas as vontades e escolhas humanas. Por esse

motivo, essa afirmação parece contraditória. Se Deus sabe de antemão tudo o que vai acontecer e tudo se realiza conforme Ele previu, então parece que os acontecimentos ocorrem por necessidade e não por livre vontade; portanto, de acordo com esse raciocínio, nem mesmo Deus agiria de forma livre.

Santo Agostinho, porém, rejeita essa conclusão, pois para ele, Deus é o ser mais livre que existe, e o fato de Ele prever os atos humanos não significa que tais atos sejam determinados ou forçados. A previsão divina não pode anular a liberdade, porque tanto Deus age por sua própria vontade, quanto os homens também possuem vontade livre mesmo que Deus saiba, desde sempre, as escolhas que farão.

Na realidade, Agostinho revela que o ponto essencial é que saber que algo vai acontecer não é o mesmo que causar sua ocorrência por necessidade, já que a presciência do Criador não impõe necessidade às ações humanas nem as dele; ela apenas as contempla infalivelmente, sem comprometer a liberdade de ninguém.

O Doutor da Graça quer que entendamos que Deus conhece tanto a vontade de Evódio, como também a vontade de todos os homens, desde os que existem até aqueles que ainda não vieram a existir, como também prevê a conduta dos justos e injustos, porque isso não está fora de seu poder. Como resultado, tanto Deus age por vontade própria quanto os homens também têm vontade livre, ainda que Ele saiba antecipadamente o que irão escolher.

Portanto, se Deus sabe de todos os nossos atos, a presciência divina não destruirá o nosso livre-arbítrio e nem nos privará da liberdade de decidir, mas requererá a sua existência, ao passo que, para Deus conhecer antecipadamente o que faremos, devemos então ser livres para realizarmos nossas escolhas. Agostinho ainda ressalta que mesmo o Sumo Bem prevendo todas as nossas vontades, a nossa liberdade de escolha ainda é preservada, posto que sua vontade jamais irá forçá-la, apenas contemplá-la. Então, o homem nunca vai querer algo se não for mediante sua vontade livre.

Além disso, há quem diga que se Deus conhece nossa vontade, então nada pode acontecer senão o que Ele prevê, disso então resulta que eu só devo querer o que Ele então previu. Essa concepção vai contra o pensamento agostiniano, pois a vontade que Deus prevê a existência futura será sempre vontade livre (1995, p. 143). Se nossa vontade fosse imposta pelo Criador ela não seria mais vontade, porque não seríamos detentores da mesma, haja visto

que é por ela estar em nosso domínio é que ela será livre para nós, e tudo aquilo que não é livre, não pode estar em nosso poder.

O filósofo então mostra que o livre-arbítrio humano é fundamental para a presciência de Deus, já que a existência da liberdade em nossas escolhas garante que o conhecimento de Deus sobre o futuro seja autêntico e absoluto. Por isso, caso Deus não conhecesse de antemão todas as decisões humanas, isso indicaria a ausência da verdadeira liberdade, o que seria incompatível com a perfeição do seu conhecimento. Não obstante, a capacidade de escolher livremente não é anulada pela presciência divina; pelo contrário, é justamente essa liberdade que o Sumo Bem permite conhecer, de maneira infalível, tudo o que sucederá. Assim, liberdade humana e conhecimento divino estarão sempre interligados.

Por conseguinte, Agostinho continua a perceber que Evódio ainda se encontra embaraçado nessa questão, mesmo ele lhe mostrando que não somos forçados por ninguém e nem por um agente superior ou inferior a não ser por nossa própria vontade (1995, p. 144). Seu amigo não negará nenhuma dessas verdades, mas não tem como deixar de vê-las como contradição, contradição essa entre: “a presciência divina de nossos pecados e a nossa liberdade de pecar”<sup>54</sup>.

A resposta de Agostinho será que mesmo Deus prevendo tudo aquilo que realizamos, como aquilo que realizaremos, sua presciência não nos força a pecar. Pois se alguma pessoa peca, isso acontece por sua própria vontade, não por imposição de Deus e o fato do Criador saber antecipadamente que alguém comete pecado não significa que Ele seja o autor desse pecado, mas apenas que Ele contempla, fora do tempo, aquilo que o ser humano livremente elege ou elegerá.

No entanto, se o Sumo Bem a todo o instante se interferisse em nossas escolhas e realizações, nos impossibilitando de exercer nosso livre-arbítrio, isso alteraria de maneira radical o modo como entendemos a relação entre Deus e a humanidade. Toda a estrutura teológica construída sobre a responsabilidade moral, o pecado, a justiça divina e até mesmo o amor dele seria profundamente impactada. Sem o livre-arbítrio o homem não poderia ser considerado moralmente responsável por seus atos, porque não há como responsabilizar alguém por uma ação que nunca foi fruto de sua própria decisão. Além do mais, a justiça de

---

<sup>54</sup> AGOSTINHO. *O Livre-Arbitrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 145. Livro III, 1ª parte, cap. 4, § 9.

Deus seria colocada em questão, tendo em vista que Santo Agostinho em toda a sua obra procura defender sua justiça e refutar os que a questionam. Podemos também salientar que a figura do Criador como justo e misericordioso exigiria revisão, pois, num mundo sem liberdade, sua justiça pareceria arbitrária e nem um pouco moral. Outro ponto que pode ser apontado é que Deus não criaria seres dotados de liberdade e dignidade, mas sim agentes programados, comparáveis a marionetes, enquanto a concepção do homem como criatura feita à imagem e semelhança de Deus perderia sua relevância, visto que a liberdade é o atributo fundamental da natureza divina. Por fim, isso impactaria até mesmo na salvação dos indivíduos, já que sem liberdade, esse processo deixaria de ser uma jornada espiritual consciente e passaria a ser uma imposição externa, já que o ser humano seria salvo ou condenado não por suas escolhas, mas por uma decisão que ele não pôde influenciar, o que esvaziaria completamente o apelo à conversão e à vida moral.

#### **4.2 Nada no mundo foge ao plano divino — tudo contribui para sua realização**

Percorrido esse trajeto, podemos concluir que mesmo Deus prevendo as ações dos indivíduos e sabendo como irão agir, porque é presciente e havendo criado tanto pessoas justas como injustas, Agostinho mostra que ambos contribuem para o plano de Deus, manifestando Ele sua bondade e justiça a toda a humanidade.

O Hiponense descreve no Livro III, 2ª parte, cap. 5, § 14, que “se o Criador manifestou sua bondade produzindo uma criatura de quem previa os pecados futuros, como não teria podido manifestar também sua bondade, produzindo aquela de quem previa igualmente não dever jamais pecar!” (AGOSTINHO, 1995, p. 148). Aqui, Santo Agostinho nos ensina que Deus, em sua presciência infinita, criou seres dos quais já sabia que iriam pecar, ou melhor dizendo, o Criador previu os pecados futuros dessas criaturas, mas mesmo assim as trouxe à existência, portanto, isso não representa uma falha divina, mas sim uma expressão profunda de sua preciosa graça.

Afinal, se Deus manifestou sua bondade criando seres que livremente escolheriam o mal, por que se deveria duvidar de que Ele também pudesse manifestar essa mesma bondade ao criar seres que Ele sabia que jamais iriam pecar? O ponto fundamental que Agostinho quer demonstrar é que a criação, em si mesma, é um bem e cada ser, independentemente de suas

futuras escolhas morais, é fruto da misericórdia divina. Assim, Deus não é condicionado nem limitado pelas ações futuras de Suas criaturas. Ele cria por pura liberdade e amor, e sua benevolência se revela tanto ao formar seres que permanecerão no bem quanto ao criar aqueles que, embora sujeitos ao pecado, dispõe o dom precioso do livre-arbítrio. Por fim, esses últimos possuem inclusive dignidade justamente por serem criados com a capacidade de escolher, ainda que, infelizmente, escolham o mal.

Por conseguinte, a existência de seres perfeitos e perseverantes no bem, como os anjos fiéis ou os santos que não se desviaram da justiça, não contradiz a criação daqueles que caíram. Pelo contrário, eles revelam, em diferentes graus, a multiforme sabedoria e bondade de Deus. Conforme a visão agostiniana, Deus não cria apenas o que é imutavelmente bom, mas também aquilo que, embora suscetível ao erro, mantém sua dignidade dentro da ordem universal.

Para Agostinho, Deus sendo onisciente, sabia desde a eternidade que algumas criaturas cairiam, mas ainda assim as criou por amor. Da mesma forma, sabia que outras permaneceriam firmes no bem, criando-as também. Aprendemos, por fim, que ambas as categorias de seres, tanto os que pecam quanto os que não pecam, são testemunhos da inesgotável bondade divina. Por meio desse raciocínio, podemos notar a graça de Deus manifesta a todos os seres criados, pois mesmo prevendo que o homem não somente pecaria, mas continuaria insistindo no pecado, Ele não afastou sua bondade, deixando de criá-los. No entanto, sabemos então que o homem perdeu sua bem-aventurança pecando (1995, p. 148), mas, ao mesmo tempo, ele não perdeu seu poder de recuperá-la. Assim, mesmo pecadores, a graça de Deus ainda se torna acessível a todos os homens, sejam justos ou não, pois como afirma o Apóstolo Paulo: “Todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus” (Rm 3:23-24). Percebemos então que o homem só pode se reerguer mediante a graça e através da fé, não sendo por suas próprias obras para que ninguém se glorie<sup>55</sup>.

Seguindo essa mesma lógica, Étienne Gilson, comentando Santo Agostinho e reforçando o que está escrito nas cartas paulinas, ressalta que “a graça de Deus não nos é dada segundo nossos méritos, já que não apenas não vemos boas ações às quais possa ser atribuída,

---

<sup>55</sup> Essa é uma citação indireta da Carta de Paulo aos Efésios, não estando precisamente escrita assim. Pode ser conferida em (Ef. 2:8-9).

mas a vemos também a cada dia atribuída a ações manifestamente más” (GILSON, Étienne, 2006, p. 304), além de nos descrever também que: “uma graça que fosse merecida seria uma dívida e não uma graça verdadeira<sup>56</sup>”. Podemos concluir que as afirmações de Étienne Gilson refletem com precisão a doutrina de Santo Agostinho, segundo a qual a graça não apenas independe das obras humanas, mas constitui o princípio primordial que permite qualquer ato verdadeiramente bom. Segundo ele, até mesmo a vontade de praticar o bem é fruto da graça divina, que precede e move o coração humano, uma vez que, o Sumo Bem pode conceder sua graça até àqueles que estão no erro, não como recompensa por méritos prévios, todavia, conforme os desígnios insondáveis de sua misericórdia.

Antes de mais nada, ao afirmar que a graça não é uma retribuição pelas boas obras humanas, mas um dom gratuito do Criador, Étienne Gilson, comentador do pensamento de Santo Agostinho, destaca um ponto fundamental: se a graça pudesse ser merecida, ela deixaria de ser verdadeiramente graça. Isso porque, ao pressupor mérito, Deus se veria em posição de dívida para com o ser humano, invertendo a ordem da relação entre Criador e criatura. A partir de tal lógica o homem se tornaria credor de Deus, o que contraria completamente a noção cristã da graça como iniciativa soberana e imerecida.

Em virtude dos fatos mencionados, fica evidente que para Agostinho, nada foge do governo soberano do Criador, cuja presciência e vontade ordenam todas as coisas, inclusive os atos livres das criaturas sem que isso suprima a liberdade humana. Assim também, a criação tanto dos justos quanto dos pecadores revela, de maneiras diversificadas, a multiforme bondade e justiça divina, uma vez que a existência do mal e a possibilidade do pecado não comprometem a perfeição do Sumo Bem, mas se integram de forma misteriosa, em seu plano providencial.

No contexto apresentado, a graça se revela como o elemento-chave da redenção e da perseverança no bem, pois a mesma não é um pagamento pelo mérito humano, mas um dom absolutamente gratuito; como enfatizam tanto Agostinho quanto Étienne Gilson; logo, a graça antecede, acompanha e sustenta toda e qualquer escolha verdadeiramente boa, sendo oferecida mesmo àqueles que se encontram no erro do pecado, pois seu critério não é o mérito, mas a misericórdia divina. Como resultado, entendemos que a ação de Deus no mundo, inclusive

---

<sup>56</sup> *Ibidem.*

diante da realidade do pecado, não significa ausência de controle, mas sim manifestação de um amor que respeita a liberdade e conduz todas as coisas para o bem. Por certo, a criação, a liberdade e a graça formam, em Santo Agostinho, um todo harmonioso que revela o esplendor da sabedoria e da justiça de Deus, e que oferece à humanidade não apenas a origem do bem, mas também o caminho de retorno a ele, por meio da graça redentora do Salvador que é Cristo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que foi desenvolvida ao longo desta monografia permitiu a análise profunda de um dos dilemas centrais da filosofia de Santo Agostinho: O Paradoxo da Bondade Da Liberdade Mesmo Se Para Pecar. Quando tratamos de investigar os principais aspectos da obra *O Livre-arbítrio*, ficou evidente que o Doutor da Graça não apenas procurou salvaguardar a justiça e a bondade divina da acusação de serem a causa do mal moral, como também elaborou uma concepção profundamente robusta da liberdade humana, fundamentada na razão do homem racional.

Indubitavelmente, desde os primeiros diálogos com seu interlocutor e amigo, notamos a preocupação do Bispo de Hipona em distinguir a origem do mal moral como decorrência do mau uso da liberdade e não como uma falha no ato criador de Deus, ficando explicitado que ele, portanto, não é uma substância ou criação, mas uma deficiência do bem, um afastamento da ordem divina. Como resultado, a liberdade enquanto dom divino é essencialmente boa, pois é o reflexo da imagem de Deus impressa no homem, assim, o seu mau uso não nega jamais essa bondade originária, revelando ao mesmo tempo sua grandeza e o risco concernente à condição de um ser livre e racional.

Segundo essa ideia, é neste ponto que se revelará a parte essencial do paradoxo: se o livre-arbítrio é um dom a mim outorgado, como pode conduzir ao mal? Agostinho de Hipona responde que a bondade da liberdade não está na ausência de risco, mas na possibilidade de autodeterminação moral, posto que o homem é livre para decidir entre o Sumo Bem, ou para se desviar em direção aos seus próprios desejos concupiscentes. Conforme isso, tal possibilidade, ainda que permita o pecado, não invalida a liberdade como um dom, todavia, a confirma como fundamento da responsabilidade moral, já que nossa liberdade só é autêntica se carregar consigo a possibilidade de escolha, inclusive a que vai contra os preceitos divinos. Com isso, é precisamente nesse aparente conflito que se encontra a grandeza do indivíduo possuidor da reta razão, chamada a ordenar sua vontade segundo ela e a verdade.

Além do mais, o pensamento de Santo Agostinho resolve a aparente oposição entre a liberdade humana e a presciência divina. Ele destaca que a onisciência de Deus, que tudo sabe, não suprime a liberdade da vontade, ao contrário, ela demonstra que o Criador conhece

nossos atos livres justamente porque são livres, e é por esse motivo que podem ser previstos, sem que sejam determinados. Portanto, a graça divina não anula o livre-arbítrio, mas o cura e o restaura de sua má inclinação, dando-nos a possibilidade de orientar nossa vontade em direção ao bem.

Podemos concluir portanto que, para Agostinho, o livre-arbítrio é um dom valioso e um campo de prova para a alma humana. Sua existência nos permite participar da ordem moral que há no mundo, nos tornando responsáveis por nossas decisões. Desde já, o mal não compromete a bondade do dom entregue a nós, mas escancara o drama da liberdade mal empregada. Assim, a resposta ao paradoxo do mal no *O Livre-Arbítrio* não está na negação da liberdade, mas sim na sua exaltação: só um indivíduo livre pode escolher o bem e alcançar a felicidade verdadeira.

Dessa forma, esta dissertação teve como finalidade demonstrar que o paradoxo da bondade da liberdade mesmo se para pecar é esclarecido pelo filósofo mediante sua profunda visão antropológica e teológica do homem; assim, ele é livre, porque é imagem e semelhança de Deus e essa liberdade, mesmo ferida pelo pecado original, continua sendo o alicerce de sua dignidade como vocação ao Bem Supremo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus**. Trad. Arnaldo do Espírito Santo e José Joaquim de Almeida. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 2 volumes.

AGOSTINHO, Santo. **A graça I**. Trad. Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998.

AGOSTINHO, Santo. **A graça II**. Trad. Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999.

AGOSTINHO, Santo. **A natureza do bem / De Natura Boni**. Introdução, tradução e notas de Mário A. Santiago de Carvalho. Texto latino do CSEL. Medievalia, Textos e Estudos, 1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1992.

AGOSTINHO, Santo. **A Ordem. In: Contra os Acadêmicos | A Ordem | A Grandeza da Alma | O Mestre**. Tradução de Paulo Meneses. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p. 83-156. (Coleção Patrística, v. 24).

AGOSTINHO, Santo. **Comentário ao Gênesis**. Trad. Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1997.

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira; revisão Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 3ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2023.

COSTA, Ivandro. **Fundamentos do Livre-Arbítrio para a compreensão de liberdade de Agostinho**. Orientadora: Maria Simone Marinho Nogueira. 2011. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação Ceduc II, Campina Grande – Pb, 2011. Disponível

em:<<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1967/1/PDF%20-%20Ivandro%20Costa.pdf>>. Acesso em: 05 de set. 2022.

COUTINHO, Gracielle Nascimento. O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho. **Argumentos Revista de Filosofia**, Ano 2, Nº 3. p. 124-121. 2010. Disponível em:<<https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3552/1/2010ArtGNCoutinho.pdf>>. Acesso em: 06 de set. 2022.

FILHO, Eduardo Tomasevicius. O Conceito de Liberdade em Santo Agostinho. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 101, p.1079-1091. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67734/70342>>. Acesso em: 09 de set. 2022.

GILSON, Étienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho** / por Etienne Gilson da Academia Francesa; Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial: Paulus, 2006.

OLIVEIRA, Marcos de. Liberdade e Graça no Pensamento de Agostinho. **Revista Teológica Discente da Metodista**, v.2. p. 35-52. 2014. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/discernindo/article/view/4745>>. Acesso em: 06 set. 2024.

PINTO, Ana Kelly Ferreira Souto; FILHO, José Reinaldo F. Martins. A ideia do mal no comentário literal ao Gênesis de Santo Agostinho. **Reflexus - Revista de Teologia e Ciência das Religiões**, ano XVI, n. 27, 2022/1. p.15-34. Disponível em: < [\(PDF\) A ideia do mal no Comentário Literal ao Gênesis de Santo Agostinho](#)> Acesso em: 25 out. 2024.

REALE, Giovanni. **História da filosofia: patrística e escolástica**, v.2 / Giovanni Reale. Dario Antiseri; Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Renato Rodrigues dos. **A interioridade e a busca da felicidade nas confissões de Agostinho**. Primeiros Escritos, São Paulo, n.8, p. 134-161. 2017. Disponível em: <[A interioridade e a busca da felicidade nas Confissões de Agostinho | Primeiros Escritos](#)> Acesso em: 26 nov. 2024.

SILVA, Maria Célia Ribeiro. O Exercício da Subjetividade em Confissões de Santo Agostinho. **Revista Principia**. n.18, p.73-78, junho 2011. Disponível em: <[\(PDF\) O exercício](#)>

[da subjetividade em confissões de Santo Agostinho | Maria Célia da Silva - Academia.edu](#)>

Acesso em: 26 nov. 2024.

SIQUEIRA, Rubens Soares. **A Liberdade na Obra O Livre-Arbitrio de Santo Agostinho** / Rubens Soares Siqueira. Formiga (MG): Editora Uni Esmero, 2024.

SOUSA, Lucas da Conceição. O Problema do Mal em O Livre-Arbitrio de Agostinho de Hipona. **Revista Pandora Brasil**, ed. 92, p. 103-117. 2018. Disponível em:<[http://revistapandorabrasil.com/revista\\_pandora/gostos\\_discutíveis\\_92/9.pdf](http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/gostos_discutíveis_92/9.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2023.

SOUZA, José Sérgio de. **O livre-arbitrio e a liberdade de escolha como um bem ou um mal em Santo Agostinho**. Disponível em: <[JOSE SERGIO DE SOUZA.pdf](#)> Acesso em: 26 nov. 2024.

STRATHERN, Paul. **Santo Agostinho em 90 Minutos**. Trad. Maria Helena Geordane. Rio de Janeiro: Zahar Editor Ltda, 1997.